



PGM

Londrina PR

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 07/07/2024, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **Procuradoria Geral do Município de Londrina**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 1 questão passível de recurso e/ou que deva se anulada, por apresentar nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se da questão 54.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING da PGM-Londrina** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/2a620cf2-9105-4599-96e4-000deab94ad5>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/6bd6002e-55b9-43b8-86db-d5c925a9cbc7>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA -

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

STJ na luta contra o *juridiquês*

Por Superior Tribunal de Justiça

01 Se o idioma oficial do Brasil é o português, a língua predominante na Justiça, ao longo dos
02 tempos, tem sido o "juridiquês" – uma mistura de palavreado técnico com estilo rebuscado e
03 doses abundantes de termos em latim, muito gosto dos profissionais do direito, mas de difícil
04 compreensão para o público leigo.

05 No dia ___ dia dos processos, uma norma que se aplica a situações passadas tem efeito *ex*
06 *tunc*; a repetição de uma situação jurídica é *bis In Idem*; e, se for apenas para argumentar,
07 pode-se dizer *ad argumentandum tantum*. E nem só de latim vive a complicação: denúncia virou
08 exordial increpatória; inquérito policial; caderno indiciário; petição inicial, peça incoativa.

09 Ciente da importância da informação para o exercício da cidadania, o Superior Tribunal de
10 Justiça (STJ) tem adotado, ao longo do tempo, uma série de medidas para levar o conhecimento
11 sobre as decisões judiciais para além dos profissionais especializados, tornando mais abrangente
12 sua comunicação com a sociedade – o que inclui a opção por uma linguagem bem diferente
13 daquela que se consagrou no cotidiano forense.

14 A mais recente iniciativa da corte nessa direção foi o lançamento de uma nova ferramenta
15 em seu portal na internet, destinada a facilitar a compreensão dos julgamentos pelo público não
16 familiarizado com a linguagem jurídica: agora, as notícias trazem um resumo simplificado, que
17 apresenta o ponto principal da matéria em termos acessíveis para o leigo e está disponível em
18 um ícone logo abaixo do título de cada texto.

19 A medida está alinhada com as diretrizes do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem
20 Simples, lançado em dezembro de 2023 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas integra
21 uma política de aproximação com o cidadão que o STJ já vem seguindo há bastante tempo.

22 A simplificação da linguagem é uma preocupação constante da Secretaria de Comunicação
23 Social (SCO), em respeito à Política de Comunicação Institucional do STJ, especialmente ao
24 disposto em seus artigos 11 e 13, que exigem clareza, precisão, qualidade e acessibilidade na
25 divulgação de informações sobre as decisões, a jurisprudência, os serviços, os projetos e as
26 ações da corte.

27 Atenta _____ades de democratização da informação, a SCO tem apresentado, em
28 suas diferentes plataformas, produtos que facilitam a compreensão da atividade jurisdicional
29 pelo público não especializado.

30 O Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples materializa os esforços para atender
31 a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, especificamente no que diz respeito à
32 adoção de uma linguagem direta e compreensível pelo público leigo, tanto nas decisões judiciais
33 quanto nas comunicações em geral.

34 Ao anunciar o pacto durante o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Salvador, o
35 ministro Luís Roberto Barroso – presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ –
36 apontou a relevância de aprimorar _____ comunicação com os jurisdicionados. "A linguagem
37 codificada e inacessível torna-se um instrumento de exclusão; precisamos ser capazes de usar
38 uma linguagem mais compreensível e inclusiva para todas as pessoas", declarou.

39 O pacto dispõe que o uso de vocabulário técnico não deve representar uma barreira ao
40 entendimento das decisões judiciais. Assim, simplificar a linguagem nas decisões, sem deixar de
41 lado a precisão técnica, passa a ser mais um dos desafios da magistratura para ampliar o acesso
42 à Justiça e à informação – direitos previstos na Constituição Federal de 1988.

QUESTÃO 01. Considerando o emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas tracejadas nas linhas 05, 27 e 36.

a) à - às - à.

b) à - as - a.

c) a - às - a.

d) a - as - à.

e) a - às - à.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema crase.

Na linha 05, como se trata de palavras iguais (“dia” e “dia”), não há acento indicativo de crase. Portanto, a forma correta da expressão é “dia a dia”.

Na linha 27, tem-se o verbo “atentar”, que é transitivo indireto e pede a preposição “a”; e tem-se o substantivo “necessidades”, que é acompanhado pelo artigo “as”. Contraindo-se a preposição “a” (relativa ao verbo “atentar”) + o artigo “as” (relativo ao substantivo “necessidades”), ter-se-á o acento indicativo de crase, formando “às”. Portanto, a forma correta da expressão é “Atenta às necessidades”.

Na linha 36, tem-se o verbo “aprimorar”, que é transitivo direto e, portanto, não pede preposição; e tem-se o substantivo “comunicação”, que é acompanhado pelo artigo “a”. Logo, não há acento indicativo de crase, e a forma correta da expressão é “aprimorar a comunicação”.

Portanto, a alternativa correta é a letra C. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 02. Considerando o exposto pelo texto, analise as assertivas a seguir:

I. O STJ tem entendimento de que o acesso à informação é um caminho para o exercício da cidadania.

II. Ao longo do tempo, o STF tem buscado se aproximar mais da comunicação com os operadores do direito e com sua linguagem.

III. O CNJ tem criado diferentes produtos para que o público não especializado acesse o conteúdo da atividade jurisdicional em seus canais de comunicação.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas I e II.

d) Apenas I e III.

e) Apenas II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema interpretação de texto.

O Item I está correto, de acordo com o terceiro parágrafo do texto. Vejamos: “Ciente da importância da informação para o exercício da cidadania, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem adotado, ao longo do tempo, uma série de medidas (...)”.

O Item II está incorreto, pois de acordo com o terceiro parágrafo do texto, a busca pela aproximação da comunicação se dá em relação à sociedade, e não em relação aos operadores do direito, ou seja, profissionais especializados. Vejamos: “(...) uma série de medidas para levar o conhecimento sobre as decisões judiciais para além dos profissionais especializados, tornando mais abrangente sua comunicação com a sociedade (...)”.

O Item III está incorreto, pois de acordo com o terceiro parágrafo do texto, é o STJ (e não o CNJ) que tem adotado uma série de medidas para que o público não especializado acesse o conteúdo da atividade jurisdicional. Vejamos: “Ciente da importância da informação para o exercício da cidadania, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem adotado, ao longo do tempo, uma série de medidas para levar o conhecimento sobre as decisões judiciais para além dos profissionais especializados, (...)”. Ademais, na primeira parte do quarto parágrafo, o texto expõe que o STJ lançou nova ferramenta para facilitar a compreensão dos julgamentos. Vejamos: “A mais recente iniciativa da corte nessa direção foi o lançamento de uma nova ferramenta em seu portal na internet, destinada a facilitar a compreensão dos julgamentos pelo público não familiarizado com a linguagem jurídica: (...)”.

QUESTÃO 03. Analise a charge e as asserções a seguir a respeito de sua relação com o texto base:



I. Tanto a charge quanto o texto abordam o tema do uso do jargão técnico da área do direito, conhecido como juridiquês.

CONTUDO,

II. A charge mostra uma cena cuja ironia vai de encontro ao proposto pelo Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples.

Assinale a alternativa que indica a correta relação entre as assertivas.

- a) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma ressalva correta da I.**
- b) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma ressalva correta da I.**
- c) A asserção I é uma proposição verdadeira, mas a II é uma proposição falsa.**
- d) A asserção I é uma proposição falsa, mas a II é uma proposição verdadeira.**
- e) As asserções I e II são proposições falsas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema interpretação de texto.

O Item I está correto. Tanto o texto como a charge abordam o tema do uso do jargão técnico da área do direito, conhecido como juridiquês. Isto é perceptível no primeiro parágrafo do texto: “Se o idioma oficial do Brasil é o português, a língua predominante na Justiça, ao longo dos tempos, tem sido o “juridiquês” – uma mistura de palavreado técnico com estilo rebuscado e doses abundantes de termos em latim, muito _ gosto dos profissionais do direito, mas de difícil compreensão para o público leigo.”

A charge confirma o trecho acima colacionado, em sua segunda fala: “Tudo isso para pedir pão de trigo”, indicando um exagero na linguagem do primeiro personagem para falar algo simples como pedir um pão.

O Item II está correto, e é uma ressalva do item I. De acordo com o oitavo parágrafo do texto, referido Pacto visa a adoção de uma linguagem direta e compreensível pelo público leigo. Veja: “O Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples materializa os esforços para atender a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, especificamente no que diz respeito à adoção de uma linguagem direta e compreensível pelo público leigo, tanto nas decisões judiciais quanto nas comunicações em geral.”

Portanto, a cena demonstrada na charge, de fato, se opõe ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, já que mostra, de modo irônico, um personagem vestido de juiz (toga) utilizando uma linguagem desnecessariamente rebuscada, carregada de termos em latim, para falar algo simples, qual seja, pedir um pão.

Portanto, a alternativa correta é a letra A. As alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 04. Assinale a alternativa que apresenta a preposição que preenche corretamente a lacuna pontilhada na linha 03.

- a) do
- b) ao
- c) pelo
- d) com o
- e) em

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema preposição.

No primeiro parágrafo do texto, tem-se o seguinte trecho: “(...) uma mistura de palavreado técnico com estilo rebuscado e doses abundantes de termos em latim, muito _ gosto dos profissionais do direito, mas de difícil compreensão para o público leigo.”

Observe que a preposição que corretamente preenche a lacuna é “ao”, pois assim tem-se a expressão “ao gosto”, que melhor se adequa semanticamente ao trecho.

Portanto, a alternativa correta é a letra B. As alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 05. Analise as assertivas a seguir a respeito da palavra “eclusão” (l. 37) e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () A lacuna pontilhada deve ser preenchida com a letra “s”.
- () A palavra é um adjetivo uniforme, pois não apresenta flexão de gênero.
- () Para a formação de seu plural, alteram-se suas vogais finais e acrescenta-se a letra “s”.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V - F - F.
- b) V - F - V.
- c) F - F - V.
- d) F - V - F.

e) F - V - V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema ortografia.

O Item I está incorreto. A grafia correta da palavra é “exclusão”, com a letra “x”.

O Item II está incorreto. A palavra “exclusão” foi empregada como substantivo, e não como adjetivo.

O Item III está correto. O plural da palavra “exclusão” é formado substituindo-se “-ão” por “-ões”; ou seja, de fato, alteram-se suas vogais finais e acrescenta-se a letra “s”.

Portanto, a alternativa correta é a letra C. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 06. Assinale a alternativa que poderia substituir corretamente o vocábulo “abundantes” (l. 03) sem causar alterações significativas ao sentido do trecho em que ocorre.

a) Parcas.

b) Exíguas.

c) Frugais.

d) Parcimoniosas.

e) Fartas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema semântica.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas. As palavras “parcas”, “exíguas”, “frugais” e “parcimoniosas” são todas sinônimas e significam “escassas”, “diminutas”, “insuficientes”, “pequenas”, “econômicas”.

Logo, entre as alternativas, a única que traz um termo que é sinônima de “abundantes”, é o vocábulo “fartas”. Portanto, a alternativa E está correta.

QUESTÃO 07. Assinale a alternativa na qual a palavra sublinhada, “que”, NÃO tenha sido utilizada como pronome relativo.

a) "uma norma que se aplica a situações passadas" (l. 05).

b) "bem diferente daquela que se consagrou no cotidiano forense" (l. 12-13).

c) "um resumo simplificado, que apresenta o ponto principal da matéria" (l. 16-17).

d) "produtos que facilitam a compreensão da atividade" (l. 28).

e) "O pacto dispõe que o uso de vocabulário técnico" (l. 39).

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema pronomes relativos.

A alternativa A está incorreta. A palavra "que", neste caso, é sim pronome relativo, pois retoma o termo anterior "norma".

A alternativa B está incorreta. A palavra "que", neste caso, é sim pronome relativo, pois retoma o termo anterior "daquela".

A alternativa C está incorreta. A palavra "que", neste caso, é sim pronome relativo, pois retoma o termo anterior "resumo".

A alternativa D está incorreta. A palavra "que", neste caso, é sim pronome relativo, pois retoma o termo anterior "produtos".

A alternativa E está correta. A palavra "que", neste caso, é conjunção integrante, e não pronome relativo. Pode-se, por exemplo, substituir o termo "que" e seus seguintes por "isso". Veja: "O pacto dispõe isso".

QUESTÃO 08. Considerando o emprego correto da vírgula, analise as assertivas a seguir:

I. Na linha 08, a ocorrência da vírgula hachurada se deve à marcação da omissão de um termo.

II. Na linha 34, o emprego da vírgula separa uma oração adverbial temporal de sua oração principal.

III. Nas linhas 40-41, a dupla vírgula separa uma ressalva feita à ideia anterior de simplificar a linguagem nas decisões.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas I e II.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema pontuação, mais precisamente sobre a vírgula.

O Item I está correto. O trecho em referência é o seguinte: “E nem só de latim vive a complicação: denúncia virou exordial increpatória; inquérito policial, caderno indiciário;”. Observe que a vírgula logo após o termo “inquérito policial” indica a elipse (ou seja, a omissão) da forma verbal “virou”. Reescrevendo: “(...) denúncia virou exordial increpatória; inquérito policial virou caderno indiciário”.

O Item II está correto. O trecho em referência é o seguinte: “Ao anunciar o pacto durante o 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Salvador, o ministro Luís Roberto Barroso (...)”. Observe que a vírgula que vem após o termo “Salvador” demarca a separação entre os adjuntos adverbiais de tempo (“ao anunciar o pacto durante (...)”) e lugar (“em Salvador”) da oração principal (“(...) o ministro Luís Roberto Barroso – presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ – apontou a relevância de aprimorar _ comunicação com os jurisdicionados.”).

O Item III está correto. O trecho em referência é o seguinte: “Assim, simplificar a linguagem nas decisões, sem deixar de lado a precisão técnica, passa a ser mais um dos desafios da magistratura para ampliar o acesso à Justiça e à informação (...)”. Observe que o termo entre vírgulas (“sem deixar de lado a precisão técnica”), de fato, exprime uma ressalva à ideia anterior de simplificar a linguagem nas decisões.

Portanto, a alternativa correta é a letra E. As alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 09. Assinale a alternativa que indica palavra que NÃO tenha sido formada pelo mesmo processo que o vocábulo “juridiquês”.

a) Maldade.

b) Colecionador.

c) Soneca.

d) Amadurecer.

e) Chuvisco.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema morfologia, mais precisamente sobre processo de formação das palavras.

O vocábulo “juridiquês” foi formado pelo processo de sufixação, ou seja, acrescentou-se o sufixo “quês” à palavra “jurídico”.

A alternativa A está incorreta. A palavra “maldade” também é formada pelo processo de sufixação, pois acrescentou-se o sufixo “dade” ao vocábulo primitivo “mal”.

A alternativa B está incorreta. A palavra “coleccionador” também é formada pelo processo de sufixação, pois acrescentou-se o sufixo “dor” ao vocábulo primitivo “coleccionar”.

A alternativa C está incorreta. A palavra “soneca” também é formada pelo processo de sufixação, pois acrescentou-se o sufixo “eca” ao vocábulo primitivo “sono”.

A alternativa D está correta. Esta é a única alternativa em que a palavra não é formada por sufixação, e sim por parassíntese, ou seja, acrescentou-se simultaneamente o prefixo “a” e o sufixo “ecer” à palavra “maduro”.

A alternativa E está incorreta. A palavra “chuvisco” também é formada pelo processo de sufixação, pois acrescentou-se o sufixo “isco” ao vocábulo primitivo “chuva”.

QUESTÃO 10. Qual alternativa apresenta a correta reescrita do trecho a seguir, com o desenvolvimento da oração reduzida nele presente?

“precisamos ser capazes de usar uma linguagem mais compreensível e inclusiva para todas as pessoas”.

a) “é preciso ser capazes de usar uma linguagem mais compreensível e inclusiva para todas as pessoas”.

b) “é preciso que sejamos capazes de usar uma linguagem mais compreensível e inclusiva para todas as pessoas”.

c) “é preciso que seja capazes de usar uma linguagem mais compreensível e inclusiva para todas as pessoas”.

d) “é preciso sejamos capazes de usar uma linguagem mais compreensível e inclusiva para todas as pessoas”.

e) “é preciso que sermos capazes de usar uma linguagem mais compreensível e inclusiva para todas as pessoas”.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema orações.

Para desenvolver uma oração reduzida, é necessário acrescentar um elemento introdutor, que neste caso será uma conjunção integrante (“que”), bem como conjugar o verbo, que está em sua forma nominal (“ser capazes”). Vejamos a forma correta: “É preciso que sejamos capazes de usar uma linguagem mais compreensível e inclusiva para todas as pessoas.” Ressalte-se a necessidade do termo “que” como elemento introdutor em “é necessário que”.

Portanto, a alternativa correta é a letra B. As alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 11. Assinale a alternativa que indica o sentido correto com o qual a expressão "para além dos" (I. 11) foi empregada no texto.

- a) Para mais pessoas que não só os.
- b) Para mais longe dos.
- c) Com exceção dos.
- d) Para o outro lado dos.
- e) Para acima dos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema semântica.

O trecho em referência é o seguinte: "(...) o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem adotado, ao longo do tempo, uma série de medidas para levar o conhecimento sobre as decisões judiciais para além dos profissionais especializados, (...)".

Observe que o sentido pretendido é "levar conhecimento para mais pessoas, além/a mais do que somente os operadores do direito".

Portanto, a alternativa correta é a letra A, pois é a única que traz sentido semelhante ao do trecho em comento. As alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 12. Qual a palavra que, caso tivesse o acento gráfico suprimido, NÃO geraria uma palavra existente na Língua Portuguesa?

- a) Público.
- b) Denúncia.
- c) Ícone.
- d) Está.
- e) Título.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema acentuação gráfica.

A alternativa A está incorreta. De fato, na língua portuguesa, tem-se tanto a forma “público”, com acento, significando “coletividade, relativo ao governo”, quanto a forma “publico”, sem acento, que advém do verbo “publicar” flexionado na primeira pessoa do singular do presente do indicativo.

A alternativa B está incorreta. De fato, na língua portuguesa, tem-se tanto a forma “denúncia”, com acento, significando “queixa, reclamação, acusação”, quanto a forma “denuncia”, sem acento, que advém do verbo “denunciar” flexionado na terceira pessoa do singular do presente do indicativo.

A alternativa C está correta. Esta é a única alternativa que contém palavra que, caso tivesse o acento gráfico suprimido, geraria uma palavra inexistente na Língua Portuguesa: “icone”.

A alternativa D está incorreta. De fato, na língua portuguesa, tem-se tanto a forma “está”, com acento, que advém do verbo “estar” flexionado na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, quanto a forma “esta”, sem acento, que é um pronome demonstrativo.

A alternativa E está incorreta. De fato, na língua portuguesa, tem-se tanto a forma “título”, com acento, significando “expressão que se coloca no começo de um livro, em seus capítulos, em publicação jornalística, filme, etc., para indicar o assunto”, quanto a forma “titulo”, sem acento, que advém do verbo “titular” flexionado na primeira pessoa do singular do presente do indicativo.

QUESTÃO 13. Analise as assertivas a seguir a respeito da palavra "rebuscado" (I. 02):

I. A palavra pertence à classe gramatical dos adjetivos.

II. A palavra é variável em relação ao número, mas não em relação ao gênero.

III. Um sinônimo possível na situação em que a palavra ocorre no texto é "elementar".

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas I e II.

d) Apenas I e III.

e) Apenas II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema morfologia, mais precisamente sobre adjetivos.

O Item I está correto. Observe que na frase “mistura de palavreado técnico com estilo rebuscado e doses abundantes de termos em latim”, o termo “rebuscado” é utilizado para caracterizar o substantivo “estilo”. Portanto, funciona como adjetivo.

O Item II está incorreto. A palavra “rebuscado” é variável tanto em número (“rebuscados”), quanto em gênero (“rebuscada”/“rebuscadas”).

O Item III está incorreto. A palavra “rebuscado” significa “aprimorado”, “requintado”, sendo antônimo (e não sinônimo) de “elementar”, que significa “básico”, “simples”.

Portanto, a alternativa correta é a letra A. As alternativas B, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 14. Considerando o emprego de elementos coesivos, analise as assertivas a seguir e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

() Na linha 13, o pronome demonstrativo "daquela" substitui a palavra "linguagem" (I. 12), que está elíptica.

() Na linha 21, o pronome relativo "que" tem como referente a palavra "cidadão" (I. 21).

() Na linha 24, o pronome relativo "que" tem como referente a palavra "artigos" (I. 24).

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

a) V - V - V.

b) V - F - V.

c) V - F - F.

d) F - V - F.

e) F - V - V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema coesão.

O Item I está correto. O trecho em referência é o seguinte: “(...) o que inclui a opção por uma linguagem bem diferente daquela que se consagrou no cotidiano forense.”

Observe que o termo “daquela” substitui a palavra “linguagem”, para evitar repetição deste último termo. Reescrevendo: “(...) o que inclui a opção por uma linguagem bem diferente daquela linguagem que se consagrou no cotidiano forense.”

O Item II está incorreto. O trecho em referência é o seguinte: "(...) integra uma política de aproximação com o cidadão que o STJ já vem seguindo há bastante tempo." Observe que o termo "que" retoma a palavra "política", e não a palavra "cidadão".

O Item III está correto. O trecho em referência é o seguinte: "(...) especialmente ao disposto em seus artigos 11 e 13, que exigem clareza, precisão, qualidade e acessibilidade na divulgação de informações (...)". Observe que o termo "que", de fato, se refere à palavra "artigos", tanto é que o verbo "exigir", que vem logo após o termo "que", está concordando em número com a palavra "artigos", também estando no plural.

Portanto, a alternativa correta é a letra B. As alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 15. Qual a alternativa que apresenta a expressão que possa substituir corretamente "no que diz respeito à" (1. 31) sem causar alterações significativas ao sentido do trecho em que ocorre?

a) em disparidade à.

b) em congruência à.

c) no que tange à.

d) no que acarreta à.

e) no que implica à.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema semântica.

O trecho em referência é o seguinte: "(...) a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, especificamente no que diz respeito à adoção de uma linguagem direta e compreensível pelo público leigo, (...)". Observe que o sentido pretendido é o "referência" ("no que se refere").

Portanto, a alternativa correta é a letra C, pois é a única que traz sentido semelhante ao do trecho em comento. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 16. Na linha 41, a preposição "para" foi empregada para indicar __, podendo ser substituída por __, __ necessárias alterações no período a fim de que se mantenha a sua correção.

Assinale a alternativa que preenche, correta respectivamente, as lacunas do trecho acima.

a) condição - não obstante - sendo

b) condição – não obstante – não sendo

c) condição – a fim de que – sendo

d) finalidade – a fim de que – sendo

e) finalidade – a fim de que – não sendo

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema preposição.

O trecho em referência é o seguinte: “(...) passa a ser mais um dos desafios da magistratura para ampliar o acesso à Justiça e à informação.” Observe que a preposição “para”, neste caso, indica a finalidade das ações da magistratura, qual seja, ampliar o acesso à justiça. Assim, a preposição poderá ser substituída por “a fim de que”, pois também indica finalidade. Por fim, note que, se a pretendida substituição for feita, será, sim, necessária uma alteração no fim do período para que se mantenha a correção gramatical. Reescrevendo, ficaria: “(...) passa a ser mais um dos desafios da magistratura a fim de que se amplie o acesso à Justiça e à informação.”

Portanto, a alternativa correta é a letra D. As alternativas A, B, C e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 17. Assinale a alternativa que indica quantas outras alterações seriam obrigatoriamente necessárias caso a palavra "linguagem" fosse substituída por sua forma plural no trecho a seguir: "A linguagem codificada e inacessível torna-se um instrumento de eclusão".

a) 3

b) 4

c) 5

d) 6

e) 7

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema flexão em número das palavras, mais precisamente sobre a formação do plural.

Reescrevendo o texto em comento, tem-se o seguinte: “As linguagens codificadas e inacessíveis tornam-se um instrumento de eclusão”. Observe que apenas os termos que se referem à palavra “linguagem” sofreram alteração: “as”, “codificadas”, “inacessíveis”, e “tornam-se”. A expressão “um instrumento de exclusão” é predicativo do sujeito, não sendo necessário estabelecer concordância.

Portanto, a alternativa correta é a letra B, tendo havido 4 alterações além da alteração realizada na palavra “linguagem”. As alternativas A, C, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 18. A correta classificação do sujeito da forma verbal "pode" no trecho a seguir é: "pode-se dizer ad argumentandum tantum".

- a) Oração sem sujeito.
- b) Sujeito elíptico.
- c) Sujeito simples.
- d) Sujeito composto.
- e) Sujeito indeterminado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema verbo, mais precisamente sobre sua transitividade.

Observe que tanto o verbo “poder” quanto o verbo “dizer” são transitivos diretos, ou seja, dispensam o uso de preposição. Quando se tem um verbo transitivo direto + a partícula “se”, esta última funciona como partícula apassivadora. Logo, estar-se diante da voz passiva sintética, a qual possui sujeito exposto (sujeito paciente). Reescrevendo, na voz ativa: “Ad argumentandum tantum pode ser dito”. Portanto, o sujeito é simples, qual seja, “ad argumentandum tantum”.

Assim, a alternativa correta é a letra C. As alternativas A, B, D e E ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 19. Assinale a alternativa que indica o número do termo sublinhado (inserido imediatamente depois dele) que tem a função sintática de adjunto adverbial no trecho a seguir: “o Superior Tribunal de Justiça (STJ) (1) tem adotado, ao longo do tempo (2), uma série de medidas (3) para levar o conhecimento sobre as decisões judiciais (4) para além dos profissionais especializados (5)”.

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema adjunto adverbial.

A alternativa A está incorreta. O trecho “O Superior Tribunal de Justiça (STJ)” é sujeito, e não adjunto adverbial.

A alternativa B está correta. O trecho “ao longo do tempo”, de fato, é adjunto adverbial que indica tempo.

A alternativa C está incorreta. O trecho “uma série de medidas” é objeto direto, da locução verbal “tem-se adotado”, e não adjunto adverbial.

A alternativa D está incorreta. O trecho “sobre as decisões judiciais” é complemento nominal, do termo “conhecimento”, e não adjunto adverbial.

A alternativa E está incorreta. O trecho “dos profissionais especializados” é complemento nominal do termo “além”, e não adjunto adverbial.

QUESTÃO 20. A alternativa que indica a correta transposição do trecho a seguir para a voz passiva analítica é: "uma linguagem bem diferente daquela que se consagrou no cotidiano forense".

a) "uma linguagem bem diferente daquela que é consagrada no cotidiano forense".

b) "uma linguagem bem diferente daquela que será consagrou no cotidiano forense"

c) "uma linguagem bem diferente daquela que era consagrada no cotidiano forense".

d) "uma linguagem bem diferente daquela que seria consagrada no cotidiano forense".

e) "uma linguagem bem diferente daquela que foi consagrada no cotidiano forense".

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema verbo, mais precisamente sobre vozes verbais.

Para transformar uma frase da voz passiva sintética para a voz passiva analítica, utiliza-se o verbo “ser” + particípio, mantendo-se o tempo verbal originário. No trecho trazido pelo enunciado, portanto, a forma verbal “consagrou” deve ser substituída por “foi consagrado”. Note que ambas estão no pretérito perfeito do indicativo, mantendo-se o tempo verbal. Reescrevendo: “uma linguagem bem diferente daquela que foi consagrada no cotidiano forense”.

Assim, a alternativa correta é a letra E. As alternativas A, B, C e D ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 21. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado. Nesse sentido, é desnecessário o consentimento prévio do titular para o tratamento dos dados pessoais, exceto:

- a) Para viabilizar o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.**
- b) Para o exercício regular de direitos em processo judicial.**
- c) Para o exercício regular de direitos em processo administrativo.**
- d) Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro.**
- e) Para o compartilhamento de dados pessoais com outros controladores.**

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata do consentimento prévio para tratamento dos dados pessoais de acordo com a LGPD.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Lei nº 13.709/2018, que prevê o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador como hipótese de dispensa do consentimento prévio do titular, veja: "Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;"

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Lei nº 13.709/2018, que prevê o exercício regular de direitos em processo judicial como hipótese de dispensa do consentimento prévio do titular, veja: Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem)".

A alternativa C está incorreta, pois contraria a Lei nº 13.709/2018, que prevê o exercício regular de direitos em processo administrativo como hipótese de dispensa do consentimento prévio do titular, veja: "Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem)".

A alternativa D está incorreta, pois contraria a Lei nº 13.709/2018, que prevê a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro como hipótese de dispensa do consentimento prévio do titular, veja: "Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses: II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para: e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;"

A alternativa E está correta, tendo em vista que a Lei nº 13.709/2018 exige consentimento específico para o compartilhamento de dados pessoais com outros controladores, veja: "Art. 7º O tratamento de

dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: § 5º O controlador que obteve o consentimento referido no inciso I do caput deste artigo que necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com outros controladores deverá obter consentimento específico do titular para esse fim, ressalvadas as hipóteses de dispensa do consentimento previstas nesta Lei."

QUESTÃO 22. Com base no que dispõe a LGPD, analise as assertivas abaixo:

I. A LGPD aplica-se à operação de tratamento de dados realizada por pessoa jurídica de direito privado com sede localizada no estrangeiro, desde que a operação de tratamento seja realizada no Brasil, ressalvada hipótese de exceção expressamente prevista em lei

II. É necessário o consentimento por escrito do titular para tratamento de dados pessoais, ainda que os dados tenham sido tornados manifestamente públicos pelo próprio titular.

III. O consentimento genérico do titular dos dados será nulo.

IV. A revogação do consentimento poderá ser feita apenas pelo titular dos dados pessoais, devendo-se observar o prazo mínimo de um ano para o exercício desse direito, a contar da data de manifestação formal do consentimento. Caso seja necessário revogar o consentimento antes do prazo estabelecido em lei, será necessária exposição fundamentada de motivos e autorização judicial.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e III.

c) Apenas III e IV.

d) Apenas I, II e III.

e) Apenas II, III e IV.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

A afirmação I está correta, pois encontra-se de acordo com o previsto pela Lei nº 13.709/2018, que determina o regime da LGPD como aplicável às operações de tratamento realizadas no território nacional, veja: "Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que: I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional; § 1º Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta."

A afirmação II está incorreta, tendo em vista que a publicização dos dados pelo seu titular dispensa o consentimento referido no artigo 7º da Lei nº 13.709/2018, veja: "Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: § 4º É dispensada a exigência do consentimento previsto no caput deste artigo para os dados tornados manifestamente públicos pelo titular, resguardados os direitos do titular e os princípios previstos nesta Lei."

A afirmação III está correta, tendo em vista que a Lei nº 13.709/2018 exige que o consentimento seja inequívoco, sendo, do contrário, nulo. Vejamos: "Art. 8º O consentimento previsto no inciso I do art. 7º desta Lei deverá ser fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular. § 4º O consentimento deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas."

A afirmação IV está incorreta, pois contraria o que determina a Lei nº 13.709/2018 quanto à revogação do consentimento, veja: "Art. 8º O consentimento previsto no inciso I do art. 7º desta Lei deverá ser fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular. § 5º O consentimento pode ser revogado a qualquer momento mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado, ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado enquanto não houver requerimento de eliminação, nos termos do inciso VI do caput do art. 18 desta Lei."

Desse modo, a única alternativa a reunir somente as afirmações I e III é a letra B, o que torna as demais, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 23. Nos termos da Lei nº 4.298/1992, que dispõe sobre o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina, analise as assertivas abaixo:

I. Os cargos públicos de provimento efetivo ou em comissão deverão ser criados por lei.

II. O estrangeiro, embora regularmente aprovado em concurso público de provas e títulos promovido pelo Município de Londrina, não poderá ser nomeado e empossado, dada a ausência de nacionalidade ou naturalização brasileira.

III. Servidor Público é toda pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo, excluídos os ocupantes de cargo em comissão, os quais serão denominados de empregados públicos.

IV. A promoção e o aproveitamento são formas de provimento de cargos públicos.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas I e IV.

c) Apenas III e IV.

d) Apenas I, II e III.

e) Apenas II, III e IV.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata da Lei nº 4.298/1992, que dispõe sobre o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina.

A afirmação I está correta, pois está de acordo com o previsto na Lei nº 4.298/1992, veja: "Art. 4º Os cargos públicos, acessíveis a todas as pessoas de nacionalidade brasileira, ou aos estrangeiros na forma da lei, que atendam as condições e preencham os requisitos legais, são criados por lei, em número certo, com denominação própria e vencimento específico pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão. (Redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.134, de 27 de dezembro de 2006)".

A afirmação II está incorreta, tendo em vista que contraria a Lei nº 4.298/1992, que prevê que estrangeiros poderão ser nomeados e empossados, na forma da Lei, vejamos: "Art. 4º Os cargos públicos, acessíveis a todas as pessoas de nacionalidade brasileira, ou aos estrangeiros na forma da lei, que atendam as condições e preencham os requisitos legais, são criados por lei, em número certo, com denominação própria e vencimento específico pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão. (Redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.134, de 27 de dezembro de 2006)" e "Art. 8º São condições e requisitos básicos para ingresso no serviço público: I – nacionalidade brasileira, ou estrangeira, nesse caso atendidos os requisitos de lei específica; (Redação dada pelo art. 2º da Lei nº 10.134, de 27 de dezembro de 2006)".

A afirmação III está incorreta, pois contraria a conceituação de servidor público pela Lei nº 4.298/1992, veja: "Art. 2º Para os efeitos desta lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público."

A afirmação IV está correta, pois está de acordo com o previsto na Lei nº 4.298/1992 quanto às formas de provimento de cargos públicos, veja: "Art. 13. São formas de provimento de cargo público: II – promoção; IV – aproveitamento;"

Dessa forma, a única alternativa a reunir as afirmações I e IV é a letra B, o que torna as demais, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 24. Ana, brasileira, solteira, dentista, foi aprovada em concurso público de provas e títulos para o cargo de cirurgiã-dentista do Município de Londrina, no Estado do Paraná. Após nomeada, Ana foi empossada no cargo em 01 de março de 2024, quinta-feira. Ela irá exercer suas atividades no posto de saúde central, que fica na sede do município. Com base nas informações do caso hipotético e no que dispõe o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina, é correto afirmar que a data limite para que Ana entre em exercício é:

a) 02 de março de 2024.

b) 05 de março de 2024.

c) 06 de março de 2024.

d) 07 de março de 2024.

e) 08 de março de 2024.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata do prazo para entrada em exercício disposto na Lei nº 4.928/1992 (Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina).

A alternativa A está incorreta, pois contraria o prazo legal. A Lei nº 4.928/1992 determina que a entrada em exercício ocorrerá no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da posse, veja: "Art. 29. O exercício terá início no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da data da posse."; assim, como Ana foi empossada dia 1º de março, ela terá até o dia 8 de março para entrar em exercício.

A alternativa B está incorreta, pois contraria o prazo legal. A Lei nº 4.928/1992 determina que a entrada em exercício ocorrerá no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da posse, veja: "Art. 29. O exercício terá início no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da data da posse."; assim, como Ana foi empossada dia 1º de março, ela terá até o dia 8 de março para entrar em exercício.

A alternativa C está incorreta, pois contraria o prazo legal. A Lei nº 4.928/1992 determina que a entrada em exercício ocorrerá no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da posse, veja: "Art. 29. O exercício terá início no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da data da posse."; assim, como Ana foi empossada dia 1º de março, ela terá até o dia 8 de março para entrar em exercício.

A alternativa D está incorreta, pois contraria o prazo legal. A Lei nº 4.928/1992 determina que a entrada em exercício ocorrerá no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da posse, veja: "Art. 29. O exercício terá início no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da data da posse."; assim, como Ana foi empossada dia 1º de março, ela terá até o dia 8 de março para entrar em exercício.

A alternativa E está correta, tendo em vista que a Lei nº 4.928/1992 determina que a entrada em exercício ocorrerá no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da posse, veja: "Art. 29. O exercício terá início no prazo de sete dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao da data da posse."; assim, como Ana foi empossada dia 1º de março, ela terá até o dia 8 de março para entrar em exercício.

QUESTÃO 25. Nos termos do Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a

estágio probatório pelo período de ___ anos de efetivo exercício. Durante esse período, o servidor será avaliado a cada ___ meses, a fim de que seja verificado seu desempenho no cargo. O servidor deverá ser cientificado do teor de cada uma das avaliações de desempenho e, sendo verificado parecer contrário à sua permanência no serviço público, este poderá apresentar defesa no prazo de até ___ dias contados da notificação do parecer.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

a) 02 - 06 meses - 05

b) 02 - 01 ano - 10

c) 03 - 06 meses - 05

d) 03 - 06 meses - 10

e) 03 - 01 ano - 10

Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata da Lei nº 4.928/1992 ou Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina.

A alternativa C está correta, pois é a única a preencher as lacunas corretamente, apresentando os prazos previstos na Lei nº 4.928/1992, vejamos: Quanto ao prazo de estágio probatório, a Lei estabelece: "Art. 37. O servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de três anos de efetivo exercício, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes requisitos: (Redação do 'caput' dada pelo art. 3º da Lei nº 10.134, de 27 de dezembro de 2006)"; quanto ao prazo de avaliação: "Art. 38. O servidor em estágio probatório será avaliado semestralmente por comissão instituída para essa finalidade, com base em sistema estabelecido pelo órgão de pessoal competente através de regulamento específico. (Redação dada pelo art. 2º da Lei nº 10.814, de 7 de dezembro de 2009)" e quanto ao prazo para apresentação de defesa: "§ 4º Constatado, parecer contrário à permanência do servidor no estágio, procederá à notificação do mesmo para, querendo, apresentar defesa no prazo de cinco dias. (Redação dada pelo art. 2º da Lei nº 10.814, de 7 de dezembro de 2009).", resultando os prazos de 3 anos, 6 meses e 5 dias, respectivamente, o que torna as demais alternativas incorretas.

QUESTÃO 26. A Lei Orgânica do Município de Londrina poderá ser emendada mediante proposta:

a) De metade, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

b) Do Prefeito Municipal.

c) Do Vice-Prefeito Municipal.

d) Do Presidente da Câmara de Vereadores.

e) De qualquer um dos Secretários Municipais.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata da Lei Orgânica do Município de Londrina e dos legitimados a emendá-la.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Lei Orgânica Municipal de Londrina, que prevê somente as seguintes autoridades como legitimadas a emendá-la: "Art. 27. A Lei Orgânica do Município será emendada mediante proposta: I - De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; II - Do Prefeito Municipal;".

A alternativa B está correta, pois encontra-se de acordo com a Lei Orgânica Municipal de Londrina, que prevê: "Art. 27. A Lei Orgânica do Município será emendada mediante proposta: I - De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; II - Do Prefeito Municipal;".

A alternativa C está incorreta, pois contraria a Lei Orgânica Municipal de Londrina, que prevê somente as seguintes autoridades como legitimadas a emendá-la: "Art. 27. A Lei Orgânica do Município será emendada mediante proposta: I - De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; II - Do Prefeito Municipal;".

A alternativa D está incorreta, pois contraria a Lei Orgânica Municipal de Londrina, que prevê somente as seguintes autoridades como legitimadas a emendá-la: "Art. 27. A Lei Orgânica do Município será emendada mediante proposta: I - De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; II - Do Prefeito Municipal;".

A alternativa E está incorreta, pois contraria a Lei Orgânica Municipal de Londrina, que prevê somente as seguintes autoridades como legitimadas a emendá-la: "Art. 27. A Lei Orgânica do Município será emendada mediante proposta: I - De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal; II - Do Prefeito Municipal;".

QUESTÃO 27. Considerando o previsto na Lei Municipal nº 9.337/2004, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários das Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Londrina, assinale a alternativa incorreta sobre as regras para promoção na carreira.

a) A promoção na carreira por merecimento ocorrerá em anos ímpares, sendo concedida sempre no mês de outubro.

b) O processo de promoção por competências e habilidades ocorrerá por meio de testes compatíveis com a função em que ocorrerá o provimento, análise do currículo, tempo de serviço no setor de referência e perícia médica.

c) No processo de promoção por competências e habilidades, o currículo será pontuado em até 100 pontos, sendo que os títulos de mestrado e doutorado pontuam, respectivamente, 30 e 50 pontos.

d) Será realizada, antes do resultado final do processo de promoção por competências e habilidades, perícia médica para verificar a aptidão física e mental ao exercício da nova função, que será realizada pelo órgão de gestão de saúde ocupacional.

e) A promoção na carreira por conhecimento é a passagem de uma referência para outra imediatamente superior da tabela de vencimentos, e poderá ser requerida pelo servidor que tenha pelo menos 4 anos de exercício no cargo e na referência em que estiver posicionado.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão aborda a Lei Municipal nº 9.337/2004, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários das Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Londrina.

A alternativa A está correta, pois encontra-se em conformidade com a Lei Municipal nº 9.337/2004, vejamos: "Art. 12. A promoção na carreira por merecimento é a passagem do nível atual para os níveis imediatamente superiores da tabela de vencimentos e ocorrerá em anos ímpares, sendo concedida sempre no mês de outubro, conforme regulamento de abertura e demais disposições deste artigo. (Redação alterada pelo art. 7º da Lei nº 11.653, de 29 de junho de 2012)."

A alternativa B está correta, pois encontra-se em conformidade com a Lei Municipal nº 9.337/2004, vejamos: "Art. 10. O processo de promoção por competências e habilidades ocorrerá por meio de: (Redação alterada pelo art. 6º da Lei nº 11.653, de 29 de junho de 2012). I – Testes compatíveis com a função em que ocorrerá o provimento; II – Análise do currículo; III – Tempo de serviço no setor de referência; e, IV – Perícia Médica."

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que contraria o que determina a Lei Municipal nº 9.337/2004 no que diz respeito à pontuação máxima do currículo, que será de 200 e não de 100 pontos; bem como às pontuações dos títulos de mestrado e doutorado, veja: "Art. 10. O processo de promoção por competências e habilidades ocorrerá por meio de: (...) § 1º A nota máxima dos testes a que se referem o inciso I do caput deste artigo será de cem (100) pontos, e, será eliminado aquele não atingir a metade da pontuação ou a pontuação média dos demais participantes, considerada a menor delas. § 2º O currículo será pontuado até o limite de duzentos (200) pontos, considerados os fatores abaixo relacionados, limitando-se a cento e oitenta (180) pontos a soma da pontuação constante nos incisos I a VIII, que deverão guardar compatibilidade direta com a função a que se pretende e suas complexidades: VI – curso de mestrado: 150 pontos; VII – curso de doutorado: 160 pontos;".

A alternativa D está correta, pois encontra-se em conformidade com a Lei Municipal nº 9.337/2004, vejamos: "Art. 10. O processo de promoção por competências e habilidades ocorrerá por meio de: (Redação alterada pelo art. 6º da Lei nº 11.653, de 29 de junho de 2012). § 9º Será realizada, antes do resultado final do processo, perícia médica para verificar a aptidão física e mental ao exercício da nova função, que será realizada pelo órgão de gestão de saúde ocupacional."

A alternativa E está correta, pois encontra-se em conformidade com a Lei Municipal nº 9.337/2004, vejamos: "Art. 8º A promoção na carreira por conhecimento é a passagem de uma referência para outra imediatamente superior da tabela de vencimentos, mediante a apresentação de requerimento do servidor interessado, que poderá ser feita a cada 4 (quatro) anos de exercício, contados da data de posicionamento na atual referência, desde que cumpridos todos os requisitos previstos no § 1º deste artigo, conforme regulamento específico a ser editado pelo Executivo Municipal.(Redação alterada pelo art. 1º da Lei nº 12.503, de 5 de maio de 2017)."

QUESTÃO 28. Sobre o quadro de cargos em comissão previsto na Lei Municipal nº 9.337/2004, analise as assertivas abaixo:

I. O quadro de cargos em comissão está estruturado em quadro de agentes políticos e quadro de cargos de assessoramento superior.

II. Os cargos em comissão serão providos mediante livre escolha do Prefeito do Município dentre as pessoas que satisfaçam os requisitos legais para investidura no serviço público.

III. Os cargos comissionados de assessoramento superior serão lotados no Gabinete do Prefeito, exclusivamente.

Quais estão corretas?

a) Apenas III.

b) Apenas I e II.

c) Apenas I e III.

d) Apenas II e III.

e) I, II e III.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão aborda a Lei Municipal nº 9.337/2004, que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Município de Londrina.

A afirmação I está correta, tendo em vista que está de acordo com o previsto pela Lei Municipal nº 9.337/2004, veja: "Art. 33. O quadro de cargos em comissão constante do Anexo III está estruturado em: I – Quadro de Agentes Políticos; e, II – Quadro de Cargos de Assessoramento Superior."

A afirmação II está correta, tendo em vista que está de acordo com o previsto pela Lei Municipal nº 9.337/2004, veja: "Art. 35. Os cargos em comissão serão providos mediante livre escolha do Prefeito do Município dentre as pessoas que satisfaçam os requisitos legais para investidura no serviço público."

A afirmação III está correta, tendo em vista que está de acordo com o previsto pela Lei Municipal nº 9.337/2004, veja: "Art. 36. O ato de lotação dos ocupantes de cargos comissionados deverá dispor que: II – os cargos de assessoramento superior serão lotados no Gabinete do Prefeito, exclusivamente."

A única alternativa a conter as três afirmações, I, II e III, é a letra E, o que torna as demais alternativas, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 29. Sobre o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, analise as assertivas abaixo:

I. O plebiscito, o referendo e a iniciativa popular são formas de exercício da soberania popular.

II. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros à Câmara Municipal, subscrito por no mínimo 5% da população total do Município.

III. O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto e não poderá ser rejeitado por vício de forma.

IV. É vedada a realização de plebiscito ou referendo nos seis meses que antecederem a qualquer pleito eleitoral.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e II.

b) Apenas II e IV.

c) Apenas I, II e III.

d) Apenas I, III e IV.

e) I, II, III e IV.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata do plebiscito, referendo e da iniciativa popular de acordo com a Lei Orgânica Municipal de Londrina.

A afirmação I está correta, pois é o que prevê o art. 7º da Lei Orgânica do Município de Londrina, veja: "A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular."

A afirmação II está incorreta, pois contraria a Lei Orgânica do Município de Londrina, que exige a subscrição de, no mínimo, 5% do eleitorado - e não da população - para apresentação da iniciativa popular. Veja: "Art. 9º A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei de interesse

específico do Município, da cidade ou de bairros à Câmara Municipal, subscrito por no mínimo 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município."

A afirmação III está correta, pois está em conformidade com a LOM de Londrina, veja: "Art. 9º A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros à Câmara Municipal, subscrito por no mínimo 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município. § 1º O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto. § 2º O projeto de que trata este artigo não poderá ser rejeitado por vício de forma, devendo a comissão competente da Câmara providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação."

A afirmação IV está correta, pois está em conformidade com a LOM de Londrina, veja: "Art. 8º Plebiscito ou referendo são consultas formuladas à população para que esta delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza legislativa ou administrativa. § 9º Fica vedada a realização de plebiscito ou referendo nos seis meses que antecederem a qualquer pleito eleitoral."

Dessa forma, a única alternativa a conter somente as afirmações corretas, I, III e IV, é a letra D, tornando as demais, automaticamente, incorretas.

QUESTÃO 30. Marli, servidora pública municipal de Londrina, ingressou no serviço público no dia 01 de março de 1995, no mesmo dia em que completou 30 anos de idade. Marli adora o que faz e, mesmo já transcorridos mais de 25 anos de prestação de serviço público, quer seguir trabalhando, pois não deseja aposentar-se nesse momento. Com base no que dispõe a Lei Orgânica do Município de Londrina sobre a aposentadoria de servidores titulares de cargo de provimento efetivo, qual será a data limite que Marli poderá seguir trabalhando até que seja aposentada compulsoriamente?

a) 01 de março de 2025.

b) 01 de março de 2030.

c) 01 de março de 2033.

d) 01 de março de 2035.

e) 01 de março de 2040.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata da aposentadoria compulsória, conforme a Lei Orgânica do Município de Londrina.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Londrina, o servidor titular de cargo efetivo terá aposentadoria compulsória aos 75 anos, e Marli completará tal idade em 01/03/2040. Veja: "Art. 67. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Município, incluídas as autarquias e fundações, dos servidores ativos, aposentados e pensionistas,

observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 58, de 8 de dezembro de 2022). § 1º O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 58, de 8 de dezembro de 2022). II – compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade;"

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Londrina, o servidor titular de cargo efetivo terá aposentadoria compulsória aos 75 anos, e Marli completará tal idade em 01/03/2040. Veja: "Art. 67. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Município, incluídas as autarquias e fundações, dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 58, de 8 de dezembro de 2022). § 1º O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 58, de 8 de dezembro de 2022). II – compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade;"

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Londrina, o servidor titular de cargo efetivo terá aposentadoria compulsória aos 75 anos, e Marli completará tal idade em 01/03/2040. Veja: "Art. 67. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Município, incluídas as autarquias e fundações, dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 58, de 8 de dezembro de 2022). § 1º O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 58, de 8 de dezembro de 2022). II – compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade;"

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Londrina, o servidor titular de cargo efetivo terá aposentadoria compulsória aos 75 anos, e Marli completará tal idade em 01/03/2040. Veja: "Art. 67. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Município, incluídas as autarquias e fundações, dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 58, de 8 de dezembro de 2022). § 1º O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 58, de 8 de dezembro de 2022). II – compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade;"

A alternativa E está correta, tendo em vista que, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Londrina, o servidor titular de cargo efetivo terá aposentadoria compulsória aos 75 anos, e Marli completará tal idade em 01/03/2040. Veja: "Art. 67. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Município, incluídas as autarquias e fundações, dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 58, de 8 de dezembro de 2022). § 1º O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 58, de 8 de dezembro de 2022). II – compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade;"

QUESTÃO 31. Ao interpretar determinada questão constitucional, o juiz utilizou um método de interpretação que partiu da Constituição para o problema, valendo-se de suas pré-compreensões sobre o tema para obter o sentido da norma. Considerando as características do método de interpretação utilizado, é correto assinalar que o magistrado, ao apreciar a matéria, utilizou o método de interpretação constitucional denominado:

- a) Tópico-problemático.
- b) Hermenêutico-concretizador.
- c) Científico-espiritual.
- d) Normativo-estruturante.
- e) De comparação constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre os Métodos de Interpretação da Constituição.

O denominado tópico-problemático é um método de interpretação constitucional que pressupõe a compreensão do problema concreto. Nesse sentido, temos a primazia do problema sobre a norma. A doutrina e a jurisprudência são utilizadas como meros pontos de apoio. Inclusive, isso pode causar uma insegurança interpretativa. Tal método possui as seguintes características: i) busca resolver problemas concretos; ii) a lei constitucional tem caráter aberto; iii) discussão do problema de forma preferencial. O ideal é que o intérprete siga o caminho da norma para o problema e não do problema para a norma.

A diferença do método hermenêutico-concretizador e do tópico-problemático é que o primeiro dá prevalência ao texto constitucional e não ao problema, enquanto o segundo supervaloriza o problema e relativiza a norma. As alternativas B, C, D e E ficam, pois, automaticamente incorretas.

QUESTÃO 32. Sobre a intervenção nos Municípios, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. A União não intervirá nos Municípios localizados em Estados, exceto, dentre outras hipóteses, para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.

II. O Estado não intervirá em seus Municípios, exceto, dentre outras hipóteses, quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos ou não, a dívida fundada.

III. A decretação da intervenção da União nos Municípios, para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação, dependerá de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário.

- a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Todas as assertivas estão incorretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

e) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a Intervenção nos Municípios.

A Intervenção é um instrumento utilizado pelo Constituinte de 1988 com a finalidade de suprimir a autonomia dos entes federativos em hipóteses específicas. A regra é a não intervenção de um ente sobre o outro. Tal mecanismo deve ser utilizado de forma excepcional e temporária.

O item I está incorreto. A Intervenção Federal apenas pode ser decretada nos Municípios localizados em Territórios Federais. A intervenção em Município situado em um Estado não poderá ser decretada pela União, porque é hipótese de intervenção estadual, nos termos dos arts. 34 e 35 da CF/88.

O item II está incorreto. Conforme o art. 35, II da CF/88, o Estado não intervirá em seus Municípios, exceto, dentre outras hipóteses, quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada. Perceba que precisa ser por dois anos consecutivos. O erro da alternativa está no "ou não".

O item III está incorreto. A assertiva não indica se o Município está localizado em Território Federal ou Estado. Além disso, é hipótese de intervenção da União nos Estados, prevista no art. 34, IV da CF/88.

Diante do exposto, os itens I, II e III estão incorretos.

QUESTÃO 33. A respeito do processo legislativo, e sua previsão constitucional, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

b) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição.

c) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação, à Câmara dos Deputados, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

d) Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público.

e) As leis complementares serão aprovadas por maioria de dois terços dos parlamentares.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, pois ela é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão versa sobre o Processo Legislativo.

A alternativa A está incorreta. Essa alternativa reproduz integralmente o art. 60, III da CF/88: "A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros".

A alternativa B está incorreta. Aqui, temos a literalidade do art. 61 da CF/88: "A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição".

A alternativa C está incorreta. A banca reproduziu fielmente o disposto no §2º do art. 61 da CF/88: "A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles".

A alternativa D está incorreta. Essa alternativa reproduz a literalidade do art. 63, II da CF/88: "Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público".

A alternativa E está correta. Não é correto afirmar que as leis complementares serão aprovadas por maioria de dois terços dos parlamentares. O art. 69 da CF/88 prevê que "as leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta".

QUESTÃO 34. Em relação à repartição das receitas tributárias, considerando o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

b) Pertencem aos Municípios 30% (trinta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e, em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios.

c) Pertencem aos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

d) Os contratos, os acordos, os ajustes, os convênios, os parcelamentos ou as renegociações de débitos de qualquer espécie, inclusive tributários, firmados pela União com os entes federativos conterão cláusulas para autorizar a dedução dos valores devidos dos montantes a serem repassados relacionados às respectivas cotas nos Fundos de Participação ou aos precatórios federais.

e) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois ela é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão trata sobre a Repartição das Receitas Tributárias.

A alternativa A está incorreta. A banca reproduziu fielmente o disposto no art. 157, I da CF/88: Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

A alternativa B está correta. O erro está no percentual, não é 30%, o certo é 50%. Nos termos do art. 158, III da CF/88, temos que: "Pertencem aos Municípios 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios e, em relação a veículos aquáticos e aéreos, cujos proprietários sejam domiciliados em seus territórios".

A alternativa C está incorreta. Essa alternativa é a literalidade do art. 158, IV, b da CF/88: "Pertencem aos Municípios 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação".

A alternativa D está incorreta. É a exata previsão do art. 160, §2º da CF/88: "Os contratos, os acordos, os ajustes, os convênios, os parcelamentos ou as renegociações de débitos de qualquer espécie, inclusive tributários, firmados pela União com os entes federativos conterão cláusulas para autorizar a dedução dos valores devidos dos montantes a serem repassados relacionados às respectivas cotas nos Fundos de Participação ou aos precatórios federais".

A alternativa E está incorreta. A alternativa indica exatamente o previsto no art. 162 da CF/88: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio".

QUESTÃO 35. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

a) É constitucional a utilização de vestimentas ou acessórios relacionados a crença ou religião nas fotos de documentos oficiais, desde que não impeçam a adequada identificação individual, com rosto visível.

b) A mãe servidora ou trabalhadora não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade. Caso a companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.

c) A plena proteção constitucional à liberdade de imprensa é consagrada pelo binômio liberdade com responsabilidade, vedada qualquer espécie de censura prévia. Admite-se a possibilidade posterior de análise e responsabilização, inclusive com remoção de conteúdo, por informações comprovadamente injuriosas, difamantes, caluniosas, mentirosas, e em relação a eventuais danos materiais e morais. Isso porque os direitos à honra, intimidade, vida privada e à própria imagem formam a proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, salvaguardando um espaço íntimo intransponível por intromissões ilícitas externas.

d) É constitucional lei estadual que assegura, percentual das vagas oferecidas para a universidade pública local a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em instituições públicas ou privadas da mesma unidade federativa.

e) A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, pois ela é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão aborda as jurisprudências do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa A está incorreta. No RE 859.376, o STF fixou a seguinte tese: "É constitucional a utilização de vestimentas ou acessórios relacionados a crença ou religião nas fotos de documentos oficiais, desde que não impeçam a adequada identificação individual, com rosto visível".

A alternativa B está incorreta. Foi fixada a seguinte tese no RE 1.211.446: "A mãe servidora ou trabalhadora não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade. Caso a companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade".

A alternativa C está incorreta. O STF definiu a seguinte tese no RE 1.075.412: "1. A plena proteção constitucional à liberdade de imprensa é consagrada pelo binômio liberdade com responsabilidade, vedada qualquer espécie de censura prévia. Admite-se a possibilidade posterior de análise e responsabilização, inclusive com remoção de conteúdo, por informações comprovadamente injuriosas, difamantes, caluniosas, mentirosas, e em relação a eventuais danos materiais e morais. Isso porque os direitos à honra, intimidade, vida privada e à própria imagem formam a proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, salvaguardando um espaço íntimo intransponível por intromissões

ilícitas externas. 2. Na hipótese de publicação de entrevista em que o entrevistado imputa falsamente prática de crime a terceiro, a empresa jornalística somente poderá ser responsabilizada civilmente se: (i) à época da divulgação, havia indícios concretos da falsidade da imputação; e (ii) o veículo deixou de observar o dever de cuidado na verificação da veracidade dos fatos e na divulgação da existência de tais indícios".

A alternativa D está correta. Não é correto afirmar que é constitucional lei estadual que assegura, percentual das vagas oferecidas para a universidade pública local a candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em instituições públicas ou privadas da mesma unidade federativa. De acordo com o entendimento do STF, no RE 614.873, temos que: "É inconstitucional, por ferimento ao artigo 19, III, da Constituição Federal, a reserva de vagas em universidades públicas estaduais para candidatos que exija dos candidatos terem cursado o ensino médio integralmente no respectivo ente federativo".

A alternativa E está incorreta. De acordo com a tese fixada pelo STF no RE 842.844, "a trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado".

QUESTÃO 36. Segundo o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Não ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

b) É competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

c) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

d) Não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.

e) Viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois ela é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão aborda o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa A está correta. Tal alternativa está errada, porque a súmula vinculante nº 49 estabelece que "ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área". A alternativa vai no sentido contrário na súmula.

A alternativa B está incorreta. De acordo com a súmula vinculante nº 38, "é competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial".

A alternativa C está incorreta. A súmula vinculante nº 3 estabelece que: "Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão".

A alternativa D está incorreta. A súmula nº 642 do STF indica que: "Não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal".

A alternativa E está incorreta. De acordo com o entendimento do STF na súmula 667 do STF, temos que: "Viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa".

QUESTÃO 37. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O deferimento de sequestro de rendas públicas para pagamento de precatório deve se restringir às hipóteses enumeradas taxativamente na Constituição Federal de 1988.

b) É inconstitucional a disposição do Conselho Nacional de Justiça que prevê a facultatividade de representação por advogado ou defensor público nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs).

c) É inconstitucional - por violar o art. 39, §4º, da CF/88, haja vista o caráter de indevido acréscimo remuneratório - norma estadual que prevê adicional de "auxílio-aperfeiçoamento profissional" aos seus magistrados.

d) É inconstitucional - por violar a competência da União para dispor sobre a magistratura brasileira, tanto na justiça estadual como na justiça federal - norma estadual que permite a remoção entre juízes de direito vinculado a diferentes tribunais de justiça.

e) É constitucional - por não violar o princípio da legalidade - lei estadual que prevê que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça pode transformar, instalar juizado em substituição a adjunto e fixar a competência dos juzizados especiais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois ela é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão aborda a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

A alternativa A está incorreta. No RE 840.435, o STF fixou a seguinte tese: "o deferimento de sequestro de rendas públicas para pagamento de precatório deve se restringir às hipóteses enumeradas taxativamente na Constituição Federal de 1988".

A alternativa B está correta. Está errado afirmar que é inconstitucional. Na ADI 6.324, o STF fixou tese no seguinte sentido: "É constitucional a disposição do Conselho Nacional de Justiça que prevê a facultatividade de representação por advogado ou defensor público nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs)."

A alternativa C está incorreta. Na ADI 5.407, o STF fixou o seguinte entendimento: "É inconstitucional - por violar o art. 39, § 4º, da CF/1988, haja vista o caráter de indevido acréscimo remuneratório - norma estadual que prevê adicional de "auxílio-aperfeiçoamento profissional" aos seus magistrados".

A alternativa D está incorreta. De acordo com o STF, na ADI 6.782, temos que: "É inconstitucional - por violar a competência da União para dispor sobre a magistratura brasileira, tanto na justiça estadual como na justiça federal - norma estadual que permite a remoção entre juízes de direito vinculados a diferentes tribunais de justiça".

A alternativa E está incorreta. O disposto na alternativa é o exato entendimento do STF na ADI 4.235, vejamos: "É constitucional - por não violar o princípio da legalidade - lei estadual que prevê que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça pode transformar, instalar juizado em substituição a adjunto e fixar a competência dos juizados especiais".

QUESTÃO 38. Considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. Caso o Município Alfa pretenda licitar obra com recursos que envolvam empréstimo oriundo de organismo financeiro de que o Brasil seja parte, podem ser admitidas condições decorrentes de acordos internacionais aprovados pelo Congresso Nacional e ratificados pelo Presidente da República, submetendo-se o contrato à Lei nº 14.133/2021.

II. Uma repartição pública brasileira, sediada no exterior, em suas contratações, obedecerá às peculiaridades locais e aos princípios básicos fixados na Lei nº 14.133/2021, consoante regulamentação específica editada por ministro de Estado.

III. Caso o Município Beta firme contrato que tenha por objeto operação de crédito interno, a contratação deverá ser objeto de regular procedimento licitatório.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Todas as assertivas estão incorretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

e) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, pois apenas as assertivas I e II estão corretas. A questão trata de regras gerais a respeito da aplicabilidade da Lei 14.133/2021.

O item I está correto. Eventuais contratações públicas que sejam viabilizadas por meio de empréstimos oriundos de organismos financeiros de que o Brasil participe podem vir a observar condições advindas de acordos internacionais que tenham sido aprovados pelo Congresso Nacional e ratificados pelo Presidente da República (e que, portanto, sejam válidos no ordenamento jurídico brasileiro), conforme o art. 1º, §3º, da Lei 14.133/2021, sendo que essas condições podem inclusive divergir das normas aplicáveis às licitações em geral. Destaca-se, ademais, que a Lei 14.133/2021 permanece sendo aplicável a esses contratos, principalmente pelo fato de que o seu art. 3º, que elenca as contratações públicas às quais não se aplica a referida legislação, não faz nenhuma menção a essa situação específica.

O item II está correto. De fato, por expressa disposição legal (art. 1º, §2º, Lei 14.133/2021), as repartições públicas brasileiras situadas no exterior (por exemplo, um consulado) devem obedecer às peculiaridades locais e aos princípios básicos da Lei 14.133/2021 para as suas contratações. Essa disposição visa evitar que as contratações das referidas repartições se tornem inviáveis, tendo em vista que a realidade local pode impor a observância de outros preceitos que não se aplicam no Brasil.

O item III está incorreto. Na verdade, os contratos que tenham por objeto alguma operação de crédito, seja ele interno ou externo, não se submetem ao regime de licitações, conforme dispõe o art. 3º, I, da Lei 14.133/2021.

QUESTÃO 39. O Município Beta recebeu, em sua ouvidoria, uma reclamação sobre a prestação dos serviços públicos concedidos de água e esgoto, contratados na forma da Lei nº 8.987/1995. O usuário, em sua reclamação, sustentou que o serviço não estava sendo prestado de forma adequada, uma vez que não satisfazia as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. O prefeito, ao consultar a Procuradoria do Município sobre a questão, recebeu a informação de que, efetivamente, o serviço não estava observando a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

Dessa forma, o serviço prestado não satisfazia a condição de:

a) Regularidade.

b) Eficiência.

c) Continuidade.

d) Atualidade.

e) Generalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata das concessões de serviços públicos, nos termos da Lei 8.987/1995.

A alternativa D está correta. Para encontrar a resposta, era necessário observar que, de acordo com o enunciado, o serviço público concedido (água e esgoto) não estava observando a modernidade das técnicas, do equipamento, das instalações e da sua conservação, bem como a melhoria e a expansão do serviço. Com base nessas informações, é possível realizar a subsunção do caso concreto apresentado ao §2º do art. 6º da Lei 8.987/1995, que dispõe: “A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço”.

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa D.

QUESTÃO 40. Em relação à intervenção do Estado na propriedade, notadamente o disposto no Decreto-Lei nº 3.365/1941 quanto à desapropriação, assinale a alternativa incorreta.

a) É vedada a desapropriação, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios de ações, cotas e direitos representativos do capital de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização, salvo mediante prévia autorização, por decreto do Presidente da República.

b) A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. A declaração de utilidade pública poderá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda.

c) Quando o imóvel a ser desapropriado caracterizar-se como núcleo urbano informal ocupado predominantemente por população de baixa renda, nos termos do §2º o do art. 9º da Lei nº 13.465/2017, e seu regulamento, o ente expropriante deverá prever, no planejamento da ação de desapropriação, medidas compensatórias.

d) A efetivação da desapropriação para fins de criação ou ampliação de distritos industriais depende de aprovação, prévia e expressa, pelo Poder Público competente, do respectivo projeto de implantação.

e) Declarada a utilidade pública, ficam as autoridades administrativas do expropriante ou seus representantes autorizados a ingressar nas áreas compreendidas na declaração, inclusive para realizar inspeções e levantamentos de campo, podendo recorrer, em caso de resistência, ao auxílio de força policial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois ela é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão trata de regras gerais envolvendo a desapropriação, nos termos do Decreto-Lei 3.365/1941.

A alternativa A está incorreta. Essa alternativa reproduz integralmente uma vedação à desapropriação que está exposta no §3º do art. 2º do Decreto-Lei 3.365/1941: “É vedada a desapropriação, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios de ações, cotas e direitos representativos do capital de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização, salvo mediante prévia autorização, por decreto do Presidente da República”.

A alternativa B está correta. O erro da alternativa está na sua parte final, pois é incorreto afirmar que a declaração de utilidade pública “poderá” compreender a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra e as zonas que forem objeto de valorização extraordinária, tendo em vista que, por expressa disposição legal, tais áreas deverão estar compreendidas na referida declaração. Isso pode ser observado a partir da leitura do art. 4º do Decreto-Lei 3.365/1941: “A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda”.

A alternativa C está incorreta. Essa alternativa corresponde fielmente ao que está exposto no art. 4º-A do Decreto-Lei 3.365/1941: “Quando o imóvel a ser desapropriado caracterizar-se como núcleo urbano informal ocupado predominantemente por população de baixa renda, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e seu regulamento, o ente expropriante deverá prever, no planejamento da ação de desapropriação, medidas compensatórias”. Essas medidas compensatórias visam resguardar a população que ocupava o imóvel objeto da desapropriação, e elas podem incluir, por exemplo, a realocação daquelas pessoas ou o pagamento de uma compensação financeira suficiente para garantir o seu restabelecimento em outro local.

A alternativa D está incorreta. Aqui, a banca trouxe a literalidade do §2º do art. 5º do Decreto-Lei 3.365/1941, que estabelece o seguinte: “A efetivação da desapropriação para fins de criação ou ampliação de distritos industriais depende de aprovação, prévia e expressa, pelo Poder Público competente, do respectivo projeto de implantação”.

A alternativa E está incorreta. Essa possibilidade de ingresso nas áreas compreendidas na declaração de utilidade pública, inclusive com auxílio de força policial (se necessário), está prevista no art. 7º do Decreto-Lei 3.365/1941: “Declarada a utilidade pública, ficam as autoridades administrativas do expropriante ou seus representantes autorizados a ingressar nas áreas compreendidas na declaração, inclusive para realizar inspeções e levantamentos de campo, podendo recorrer, em caso de resistência, ao auxílio de força policial”. Nesses casos, o parágrafo único do referido artigo ressalta que, ocorrendo algum dano ou algum excesso por parte dos agentes públicos, será cabível a indenização por perdas e danos, além de eventual responsabilização no âmbito penal.

QUESTÃO 41. À luz do novo regime administrativo fixado pela Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.654/1942), analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

I. Para eliminar incerteza jurídica na aplicação do direito público, exceto no caso de expedição de licença, o Prefeito do Município Alfa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso,

após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.

II. A edição de atos normativos por secretário municipal, em qualquer hipótese, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.

III. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou culpa grave.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Todas as assertivas estão incorretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

e) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, pois todas as assertivas estão incorretas. A questão trata de regras gerais expostas dentro da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

O item I está incorreto. A afirmação trazida pela banca está quase integralmente correta, pois, de fato, a legislação autoriza que o gestor público realize a celebração de um compromisso com os interessados visando evitar irregularidades, incertezas jurídicas ou situações contenciosas na aplicação do direito público. Todavia, o erro está em afirmar que essa sistemática não é aplicável na expedição de licenças, pois o art. 26 da LINDB afirma expressamente o contrário: “Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial”.

O item II está incorreto. Novamente, essa assertiva está quase totalmente correta, pois o secretário municipal, que é uma autoridade administrativa, pode optar pela realização de consulta pública antes de tomar uma decisão a respeito de um determinado tema, o que tem o efeito de aumentar a participação popular na tomada de decisão e, conseqüentemente, aumentar a sua legitimidade. Todavia, essa conduta não pode ser feita em qualquer hipótese (como afirma a assertiva), tendo em vista que, conforme o art. 29 da LINDB, os atos de mera organização interna não podem ser submetidos a esse procedimento.

O item III está incorreto. Pela literalidade da LINDB (art. 28), o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro, não havendo qualquer menção à culpa grave. Apesar de ser possível afirmar que o erro grosseiro consiste em uma culpa grave, o

enunciado expressamente exigiu a resposta de acordo com a LINDB, o que torna essa assertiva incorreta, tendo em vista que ela está em desacordo com a literalidade da legislação. Além do mais, considerando que os itens I e II estão claramente incorretos, não haveria nenhuma alternativa a ser marcada se o item III fosse considerado correto, tendo em vista que as alternativas não trazem essa possibilidade.

QUESTÃO 42. O Município Ômega pretende contratar parceria público-privada para a execução de uma obra pública, orçada em R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), com prazo de execução estimado em 5 (cinco) anos. Consultada, a procuradoria do município exarou parecer sobre a pretensão do município assinalando, corretamente, que:

a) A contratação é viável, uma vez atendidos todos os requisitos fixados pela Lei nº 11.079/2004.

b) A contratação não é possível, pois o valor orçado é inferior ao fixado, pela legislação de regência, para a contratação de parceria público-privada, estabelecido em R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

c) A contratação não é possível, em razão do prazo de execução estimado ser inferior ao estabelecido pela legislação de regência, que exige um prazo mínimo de 10 (dez anos).

d) A contratação implicaria a adoção da modalidade de concessão patrocinada.

e) A contratação não é possível em razão de seu objeto, vedado pela legislação de regência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da parceria público-privada, que é disciplinada pela Lei 11.079/2004.

A parceria público-privada, também chamada de concessão especial de serviço público, consiste em um acordo (ou seja, uma parceria) entre o ente público e um particular, com o intuito principal de atrair o setor privado para investimentos em projetos de grande vulto. Essa parceria pode ser firmada nas modalidades de concessão patrocinada (em que uma parte da remuneração do parceiro privado será proveniente das tarifas cobradas dos usuários) ou de concessão administrativa (em que a própria Administração Pública será a usuária do serviço prestado e, portanto, ela irá realizar o pagamento do parceiro privado). Todavia, a legislação estabelece algumas vedações para a formalização de uma parceria público-privada, e, para responder corretamente a essa questão, é necessário ter conhecimento dessas vedações, que estão expostas na Lei 11.079/2004: “Art. 2º [...] § 4º É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada: I - cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); II – cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; III – que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública”.

Portanto, a alternativa E está correta, tendo em vista que a parceria público-privada não pode ser firmada exclusivamente para a execução de uma obra pública. Por outro lado, o valor da contratação e

o seu prazo de duração estão dentro daquilo que a legislação exige e, em tese, não impediriam a formalização da parceria.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, conforme comentários da alternativa E.

QUESTÃO 43. Deoclécia é autoridade pública sujeita à Lei nº 9.784/1999, lhe sendo atribuídas as seguintes competências:

1. Edição de atos de caráter normativo no âmbito municipal.

2. Decisão de recursos administrativos.

3. Privativa, para indicar o presidente de empresa pública.

Considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta.

a) Todas as competências listadas são indelegáveis.

b) Apenas as competências indicadas nos itens 1 e 2 são indelegáveis.

c) Apenas as competências indicadas nos itens 1 e 3 são indelegáveis.

d) Apenas as competências indicadas nos itens 2 e 3 são indelegáveis.

e) Todas as competências são delegáveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata das competências delegáveis e indelegáveis, de acordo com a Lei 9.784/99.

A alternativa B está correta. Como regra geral, na ausência de um impedimento legal específico, uma determinada competência de um agente público (ou de um órgão público) pode ser objeto de delegação a outro órgão ou agente, mesmo que não haja subordinação hierárquica entre eles (art. 12, Lei 9.784/99). Todavia, a legislação estabelece expressamente algumas situações em que a delegação não é possível, e isso pode ser encontrado no seguinte dispositivo da Lei 9.784/99: "Art. 13. Não podem ser objeto de delegação: I - a edição de atos de caráter normativo; II - a decisão de recursos administrativos; III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade". Com base nisso, concluímos que apenas as competências listadas nos itens 1 e 2 são indelegáveis, enquanto a competência mencionada no item 3 é delegável, já que não está inserida no rol exposto no art. 13 da Lei 9.784/99.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, conforme comentários da alternativa B.

QUESTÃO 44. À luz do preconizado pela Lei Federal nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa incorreta:

a) Considera-se informação sigilosa aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

b) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

c) Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.

d) Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a expensas do órgão público e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

e) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, pois ela é a única que traz uma inverdade (note que a questão pede a alternativa incorreta). A questão trata de disposições gerais relativas à Lei 12.527/2011.

A alternativa A está incorreta, pois ela reproduz com exatidão o conceito de “informação sigilosa” que está exposto no inciso III do art. 4º da Lei 12.527/2011: “Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se: III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado”.

A alternativa B está incorreta. Aqui, a banca apenas trouxe a literalidade do art. 8º da Lei 12.527/2011, o qual estabelece o seguinte: “É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”.

A alternativa C está incorreta. A resposta pode ser encontrada no §1º do art. 10 da Lei 12.527/2011, que traz uma redação idêntica àquela exposta na alternativa: “Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação”.

A alternativa D está correta. O erro dessa alternativa está no fato de que, em verdade, a reprodução da informação deve ser realizada às expensas do próprio interessado na sua obtenção, não podendo ser feita às expensas do órgão público em questão. Isso pode ser visto a partir da leitura do seguinte dispositivo da Lei 12.527/2011: “Art. 13. Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original. Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original”.

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que ela reproduz perfeitamente a literalidade do parágrafo único do art. 21 da Lei 12.527/2011, que dispõe: “As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso”.

QUESTÃO 45. A empresa Alfa pretende instalar empreendimento em área urbana que, segundo lei municipal, depende de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, a cargo do Poder Público municipal. Considerando o disposto no Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, assinale a alternativa incorreta acerca do EIV.

a) Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público municipal, por qualquer interessado.

b) A elaboração do EIV substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA).

c) O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, entre outros aspectos, da mobilidade urbana, geração de tráfego e demanda por transporte público.

d) O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, entre outros aspectos, dos equipamentos urbanos e comunitários.

e) O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, entre outros aspectos, da ventilação e iluminação.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**, portanto, é o gabarito da questão. Muita atenção, pois o enunciado solicitou a alternativa incorreta. A questão aborda o conhecimento sobre o estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

A alternativa A está correta, pois o princípio da publicidade é aplicável ao estudo de impacto de vizinhança. De acordo com o art. 37, parágrafo único, do Estatuto da Cidade: “Art. 37. Parágrafo único. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão competente do Poder Público municipal, por qualquer interessado”.

A alternativa B está incorreta, pois, ao contrário do que afirma a alternativa, a elaboração do estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) não substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), nos termos do art. 38 do Estatuto da Cidade: “Art. 38. A elaboração do EIV não

substitui a elaboração e a aprovação de estudo prévio de impacto ambiental (EIA), requeridas nos termos da legislação ambiental”.

A alternativa C está correta, pois traz a redação expressa do art. 37, V, do Estatuto da Cidade: “Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões: V - mobilidade urbana, geração de tráfego e demanda por transporte público; (Redação dada pela Lei nº 14.849, de 2024)”.

A alternativa D está correta, de acordo com o disposto no art. 37, II, do Estatuto da Cidade: “Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões: II – equipamentos urbanos e comunitários”.

A alternativa E está correta, nos termos do art. 37, VI, do Estatuto da Cidade: “Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões: VI – ventilação e iluminação”.

QUESTÃO 46. De acordo com a Lei Municipal nº 12.267/2015 de Londrina, que dispõe sobre a implantação da Outorga Onerosa do Direito de Construir na modalidade aquisição onerosa por compra no Município, assinale a alternativa incorreta.

a) A expedição das licenças ou autorizações necessárias à construção ou ampliação de empreendimento que apresentar proposta de Outorga Onerosa do Direito de Construir fica condicionada à expedição de Certificado de Aquisição de Potencial Construtivo Adicional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL).

b) A concessão de potencial adicional construtivo poderá ser suspensa quando o IPPUL verificar adensamento excessivo nas áreas onde se aplica a outorga onerosa.

c) A Taxa de Análise de proposta de outorga onerosa deve ser paga posteriormente à prática ou conclusão de qualquer ato ou atividade sujeita à sua incidência.

d) Os impactos na infraestrutura e no meio ambiente decorrentes da outorga onerosa deverão ser monitorados permanentemente pelo Poder Executivo, que deverá tornar público relatórios desse monitoramento, destacando as áreas críticas próximas da saturação.

e) São isentos do pagamento de contrapartida financeira os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Londrina.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**, portanto, é o gabarito da questão. Muita atenção, pois o enunciado solicitou a alternativa incorreta. A questão aborda o conhecimento sobre a Lei Municipal nº

12.267/2015 de Londrina, que dispõe sobre a implantação da Outorga Onerosa do Direito de Construir na modalidade aquisição onerosa por compra no Município.

A alternativa A está correta, pois traz expressamente a disposição do art. 8º da Lei Municipal nº 12.267/2015 de Londrina: “Art. 8º A expedição das licenças ou autorizações necessárias à construção ou ampliação do empreendimento que apresentar proposta de Outorga Onerosa do Direito de Construir fica condicionada à expedição de Certificado de Aquisição de Potencial Construtivo Adicional pelo IPPUL”.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 3º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 12.267/2015 de Londrina: “Parágrafo único. A concessão de potencial adicional construtivo poderá ser suspensa quando o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL) verificar adensamento excessivo nas áreas onde se aplica a outorga onerosa”.

A alternativa C está incorreta, pois, ao contrário do que afirma a alternativa, a Taxa de Análise de proposta de outorga onerosa deve ser paga de forma antecipada à prática ou conclusão de qualquer ato ou atividade sujeita à sua incidência, de acordo com o art. 11, §1º, da Lei Municipal nº 12.267/2015 de Londrina: “§ 1º A Taxa de Análise deve ser paga antecipadamente à prática de qualquer ato ou atividade sujeita à sua incidência”.

A alternativa D está correta, pois consiste na redação expressa do art. 12 da Lei Municipal nº 12.267/2015 de Londrina: “Art. 12. Os impactos na infraestrutura e no meio ambiente decorrentes da outorga onerosa deverão ser monitorados permanentemente pelo Poder Executivo, que deverá tornar público relatórios desse monitoramento, destacando as áreas críticas próximas da saturação”.

A alternativa E está correta, pois corresponde ao disposto no art. 7º da Lei Municipal nº 12.267/2015 de Londrina: “Art. 7º São isentos do pagamento de contrapartida financeira os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Londrina”.

QUESTÃO 47. Considerando o disposto na Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina, que institui a Lei Geral do Plano Diretor Participativo Municipal, assinale a alternativa incorreta.

a) A função social da Cidade compreende o pleno exercício do direito à cidade por todos os cidadãos entendido como direito ao trabalho e renda, à saúde, à educação, à cultura, à moradia, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao saneamento, ao transporte público, ao lazer, à informação, à acessibilidade, e demais direitos assegurados pela legislação vigente.

b) O direito à cidade compreende o processo de universalização do acesso aos benefícios e às comodidades da vida urbana por parte de todos os cidadãos pela oferta e uso dos serviços, equipamentos e infraestruturas públicas.

c) O Setor de Atividades Especializadas caracteriza-se pela baixa densidade populacional, com o uso do solo diversificado, inclusive de valor histórico-cultural, oferta de comércio, serviços centrais, equipamentos, emprego, estruturas de atendimento local (saúde, educação e transporte).

d) O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é o direito sobre o patrimônio ambiental, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, constituído por elementos do sistema ambiental natural e do sistema urbano de forma que estes se organizem de forma harmônica para a melhoria da qualidade ambiental e bem-estar humano e a provisão de serviços ecossistêmicos.

e) O macrozoneamento estabelece as regras fundamentais de ordenamento do território e define as diretrizes gerais para a aplicação dos instrumentos definidos no estatuto da cidade, bem como as leis de parcelamento, uso e ocupação do solo.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra C**, portanto, é o gabarito da questão. Muita atenção, pois o enunciado solicitou a alternativa incorreta. A questão aborda o conhecimento sobre a Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina, que institui a Lei Geral do Plano Diretor Participativo Municipal.

A alternativa A está correta, pois está em conformidade com o art. 6º da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: “Art. 6º A função social da cidade compreende o pleno exercício do direito à cidade por todos os cidadãos, entendido como direito ao trabalho e renda, à saúde, à educação, à cultura, à moradia, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao saneamento, ao transporte público, ao lazer, à informação, à acessibilidade e demais direitos assegurados pela legislação vigente”.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: “Art. 9º O direito à cidade compreende o processo de universalização do acesso aos benefícios e às comodidades da vida urbana por parte de todos os cidadãos pela oferta e uso dos serviços, equipamentos e infraestruturas públicas”.

A alternativa C está incorreta, pois, ao contrário do que afirma a alternativa, o Setor de Atividades Especializadas caracteriza-se pela alta densidade populacional, nos termos do art. 27 da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: “Art. 27. O Setor de Atividades Especializadas caracteriza-se pela alta densidade populacional e concentração de edifícios verticais com o uso do solo diversificado, inclusive de valor histórico-cultural, grande oferta de comércio, serviços centrais, equipamentos, emprego e estruturas de atendimento regional (saúde, educação e transporte)”.

A alternativa D está correta, de acordo com o art. 13, parágrafo único, da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: “Parágrafo único. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é o direito sobre o patrimônio ambiental, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, constituído por elementos do sistema ambiental natural e do sistema urbano, de forma que estes se organizem de forma harmônica para a melhoria da qualidade ambiental e bem-estar humano e a provisão de serviços ecossistêmicos”.

A alternativa E está correta, pois corresponde ao conteúdo do art. 19, caput, da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: “Art. 19. O macrozoneamento estabelece as regras fundamentais de ordenamento do território e define as diretrizes gerais para a aplicação dos instrumentos definidos no Estatuto da Cidade, bem como às leis de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo”.

QUESTÃO 48. Caso Nicanor tenha causado poluição em níveis tais que possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, considerando o disposto na Lei nº 9.605/1998, analise as assertivas a seguir sobre sua pena:

I. Em se tratando de crime doloso, a pena pode ser aumentada de um sexto a um terço, se resultar dano irreversível à flora ou ao meio ambiente em geral.

II. Em se tratando de crime doloso ou culposo, a pena poderá ser aumentada até o dobro, se resultar a morte de outrem.

III. É circunstância que agrava a pena ter o agente cometido a infração no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e II.

e) Apenas I e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o conhecimento sobre a Lei nº 9.605/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

O item I está correto. Depreende-se da análise da alternativa, que Nicanor praticou a conduta descrita no art. 54 da Lei dos Crimes Ambientais, in verbis: “Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa”. Nessa hipótese, se o crime for doloso, há previsão legal de causa de aumento de pena, nos termos do art. 58, I, do mesmo diploma legal: “Art. 58. Nos crimes dolosos previstos nesta Seção, as penas serão aumentadas: I - de um sexto a um terço, se resulta dano irreversível à flora ou ao meio ambiente em geral”.

O item II está incorreto, pois a majorante da pena somente incidirá na hipótese de crime doloso, conforme dispõe o art. 58, III, da Lei dos Crimes Ambientais: “Art. 58. Nos crimes dolosos previstos nesta Seção, as penas serão aumentadas: III - até o dobro, se resultar a morte de outrem”.

O item III está correto, pois traz uma hipótese de agravante prevista no art. 15, II, alínea “p”, da Lei dos Crimes Ambientais: “Art. 15. São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou

qualificam o crime: II - ter o agente cometido a infração: p) no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais”.

Portanto, a alternativa E está correta, pois apenas os itens I e III estão corretos.

QUESTÃO 49. A Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina apresenta diversos instrumentos de desenvolvimento municipal. Considerando tal disciplina, assinale a alternativa incorreta.

- a) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreende um instrumento de planejamento.**
- b) O direito de superfície compreende um instrumento jurídico e urbanístico.**
- c) A concessão de direito real de uso corresponde a um instrumento de regularização fundiária.**
- d) O termo de ajustamento de conduta é um instrumento jurídico-administrativo.**
- e) O IPTU progressivo no tempo é classificado como um instrumento tributário e financeiro.**

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra E**, portanto, é o gabarito da questão. Muita atenção, pois o enunciado solicitou a alternativa incorreta. A questão aborda o conhecimento sobre os instrumentos de desenvolvimento municipal previstos na Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina.

A alternativa A está correta, pois a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) consiste em um instrumento de planejamento, nos termos do art. 71, I, alínea “b” da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: “Art. 71. Consideram-se instrumentos de desenvolvimento: I – instrumentos de planejamento, assim constituídos: b) Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO”.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 71, II, alínea “j”, da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: “Art. 71. Consideram-se instrumentos de desenvolvimento: II – instrumentos jurídicos e urbanísticos, tais como: j) direito de superfície”.

A alternativa C está correta, pois está em conformidade com o art. 71, III, alínea “a”, da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: “Art. 71. Consideram-se instrumentos de desenvolvimento: III – instrumentos de regularização fundiária, utilizando: a) concessão de direito real de uso”.

A alternativa D está correta, pois o termo de ajustamento de conduta (TAC) é um instrumento jurídico-administrativo, de acordo com o art. 71, V, alínea “f”, da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: “Art. 71. Consideram-se instrumentos de desenvolvimento: V – instrumentos jurídico-administrativos, neles compreendidos: f) termo administrativo de ajustamento de conduta”.

A alternativa E está incorreta, pois o IPTU progressivo no tempo é previsto como um instrumento jurídico e urbanístico, conforme o disposto no art. 71, II, alínea “b”, da Lei Municipal nº 13.339/2022 de Londrina: “Art. 71. Consideram-se instrumentos de desenvolvimento: II – instrumentos jurídicos e urbanísticos, tais como: b) IPTU progressivo no tempo”.

QUESTÃO 50. Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.433/1997, que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos, assinale a alternativa incorreta.

a) O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

b) Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável.

c) O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos é um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.

d) A outorga implica a alienação parcial das águas, além do direito de seu uso.

e) Na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, os Poderes Executivos do Distrito Federal e dos municípios promoverão a integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estaduais de recursos hídricos.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**, portanto, é o gabarito da questão. Muita atenção, pois o enunciado solicitou a alternativa incorreta. A questão aborda o conhecimento sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433/1997).

A alternativa A está correta, pois está em conformidade com o disposto no art. 11 da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997): “Art. 11. O regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água”.

A alternativa B está correta, pois, de fato, o prazo máximo da outorga de direitos de uso de recursos hídricos é 35 (trinta e cinco) anos, renovável, nos termos do art. 16 da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997): “Art. 16. Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável”.

A alternativa C está correta, conforme o disposto no art. 25, caput, da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997): “Art. 25. O Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos é um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão”.

A alternativa D está incorreta, pois a outorga não implica a alienação parcial das águas, tendo em vista que os recursos hídricos são inalienáveis. De acordo com o art. 18 da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997): “Art. 18. A outorga não implica a alienação parcial das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de seu uso”.

A alternativa E está correta, nos termos do art. 31 da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997): “Art. 31. Na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, os Poderes Executivos do Distrito Federal e dos municípios promoverão a integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estaduais de recursos hídricos”.

QUESTÃO 51. Considerando o preconizado pela Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assinale a alternativa incorreta.

a) A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos.

b) A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos pela Lei Federal nº 12.305/2010, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

c) A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos pela Lei Federal nº 12.305/2010, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

d) O poder público e o setor empresarial são responsáveis exclusivos pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas na Lei Federal nº 12.305/2010 e em seu regulamento.

e) Para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**, portanto, é o gabarito da questão. Muita atenção, pois o enunciado solicitou a alternativa incorreta. A questão aborda o conhecimento sobre a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A alternativa A está correta, pois está em conformidade com o art. 15, caput, da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010): “Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo”.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 16 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010): “Art. 16. A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados

a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade”.

A alternativa C está correta, de acordo com o art. 18 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010): “Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade”.

A alternativa D está incorreta, pois, nessa hipótese, a responsabilidade recai sobre o poder público, o setor empresarial e a coletividade, consoante o disposto no art. 25 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010): “Art. 25. O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento”.

A alternativa E está correta, de acordo com o art. 19, §2º, da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010): “§ 2º Para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento”.

QUESTÃO 52. Ericksson, Demétrio e Deoclécia têm interesse comum na situação que constitui o fato gerador da obrigação principal. Segundo o Código Tributário Nacional, portanto, é correto afirmar que:

a) O pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.

b) A isenção de crédito exonera, em qualquer hipótese, todos os obrigados.

c) A remissão de crédito, outorgada pessoalmente a um dos coobrigados, não extingue a solidariedade em relação aos demais, pelo saldo.

d) A solidariedade comporta benefício de ordem.

e) A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece, mas não prejudica os demais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema sujeito passivo da obrigação tributária.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o disposto no art. 125, I, do CTN: “O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais”.

A alternativa B está incorreta, pois contraria o disposto no art. 125, II, do CTN: “a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo”.

A alternativa C está correta, pois revela a exceção disposta na parte final do art. 125, II, do CTN: “a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo”.

A alternativa D está incorreta, pois contraria o disposto no art. 124, parágrafo único, do CTN: “A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem”.

A alternativa E está incorreta, pois contraria o disposto no art. 125, III, do CTN: “a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais”.

QUESTÃO 53. Acerca da imunidade tributária, analise o teor das assertivas a seguir, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, e assinale a alternativa correta.

I. O certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS), no prazo de sua validade, possui natureza declaratória para fins tributários, retroagindo seus efeitos à data em que demonstrado o cumprimento dos requisitos estabelecidos por lei complementar para a fruição da imunidade.

II. A imunidade tributária de entidade beneficente de assistência social a exonera do dever de, na condição de responsável por substituição, reter o imposto de renda sobre juros remetidos ao exterior na compra de bens a prazo.

III. Incide IPTU sobre imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado, devedora do tributo.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Todas as assertivas estão incorretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

e) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema imunidade tributária.

O item I está correto, pois revela o teor da Súmula 612 do STJ: “O certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS), no prazo de sua validade, possui natureza declaratória para fins tributários,

retroagindo seus efeitos à data em que demonstrado o cumprimento dos requisitos estabelecidos por lei complementar para a fruição da imunidade”.

O item II está incorreto, pois contraria o entendimento do STJ noticiado no Informativo nº 618: “27. A imunidade da remetente não a exonera do dever de, na condição de responsável por substituição, reter o imposto de renda sobre juros remetidos ao exterior, na forma do art. 11 do Decreto-Lei 401/1968. 28. Recurso Especial provido. (REsp n. 1.480.918/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, relator para acórdão Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/9/2017, DJe de 1/2/2018.)”.

O item III está correto, pois revela a tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 437: “Incide o IPTU, considerado imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado, devedora do tributo”.

QUESTÃO 54. Analise o teor das assertivas a seguir sobre a suspensão e extinção do crédito tributário, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, e assinale a alternativa correta.

I. O ajuizamento de ação declaratória de inexigibilidade tributária obsta a cobrança judicial do tributo que a Fazenda Pública entende devido.

II. A sentença de procedência na ação declaratória de inexigibilidade tributária, objeto de apelação pela Fazenda Pública, não suspende a exigibilidade do crédito tributário.

III. Confirmada pelo Tribunal a sentença favorável ao contribuinte, tal decisão produz efeitos imediatos, elidindo a certeza do crédito inscrito em dívida ativa e obstando o ajuizamento da execução fiscal.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Todas as assertivas estão incorretas.

c) Apenas a assertiva I está correta.

d) Apenas a assertiva II está correta.

e) Apenas a assertiva III está correta.

Comentários

A questão não apresenta alternativa inteiramente correta, sendo passível de anulação. A questão aborda os temas suspensão e extinção do crédito tributário.

O item I está incorreto, pois contraria a interpretação que deve ser extraída da tese firmada pelo STJ no Tema Repetitivo 241: “O depósito prévio previsto no art. 38, da LEF, não constitui condição de procedibilidade da ação anulatória, mas mera faculdade do autor, para o efeito de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151 do CTN, inibindo, dessa forma, o ajuizamento

da ação executiva fiscal. (REsp n. 962.838/BA, relator Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, julgado em 25/11/2009, DJe de 18/12/2009.)” Assim, o mero ajuizamento da ação desacompanhado do depósito do montante integral não tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário e, portanto, não obsta a cobrança judicial do tributo.

O item II está correto, pois revela o entendimento do STJ noticiado no Informativo nº 660: “1. Por falta de previsão legal, a sentença favorável ao sujeito passivo impugnada por recurso da Fazenda Pública dotado de efeito suspensivo não suspende a exigibilidade do crédito tributário. (AREsp n. 1.280.342/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 15/10/2019, DJe de 11/11/2019.)”.

O item III está correto, pois revela o entendimento do STJ noticiado no Informativo nº 660: “2. Já o acórdão da apelação que confirma essa sentença, no caso de natureza declaratória, produz efeitos desde logo, infirmando a certeza do correspondente crédito inscrito em dívida ativa e, por conseguinte, impedindo o ajuizamento da execução fiscal. (AREsp n. 1.280.342/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 15/10/2019, DJe de 11/11/2019.)”.

A alternativa A está incorreta, uma vez que o item I está incorreto.

A alternativa B está incorreta, uma vez que os itens II e III estão corretos.

A alternativa C está incorreta, uma vez que o item I está incorreto e os itens II e III estão corretos.

A alternativa D está incorreta, uma vez que o item III está correto.

A alternativa E está incorreta, uma vez que o item II está correto.

QUESTÃO 55. Lucrécia apresentou pedido administrativo de compensação de tributo pago indevidamente. Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de justiça, assinale a alternativa correta.

a) O pedido administrativo de compensação ou de restituição não interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. nº 168 do CTN nem o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública.

b) O pedido administrativo de compensação ou de restituição interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. nº 168 do CTN, mas não o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública.

c) O pedido administrativo de compensação ou de restituição interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. nº 168 do CTN e o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública.

d) O pedido administrativo de compensação ou de restituição não interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. nº 168 do CTN, mas interrompe o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública.

e) O pedido administrativo de compensação, apenas, não interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. nº 168 do CTN nem o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública. O pedido de restituição, contudo, interrompe ambos os prazos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois revela a inteligência da Súmula 625 do STJ texto constitucional: “O pedido administrativo de compensação ou de restituição não interrompe o prazo prescricional para a ação de repetição de indébito tributário de que trata o art. 168 do CTN nem o da execução de título judicial contra a Fazenda Pública” A questão aborda o tema repetição de indébito tributário.

As demais hipóteses indicadas nas alternativas B, C, D e E contrariam o entendimento sumulado do STJ, razão pela qual estão incorretas.

QUESTÃO 56. Sobre os princípios tributários, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I. Aplica-se o princípio da anterioridade tributária, geral e nonagesimal, nas hipóteses de redução ou de supressão de benefícios ou de incentivos fiscais.

II. As condições para a concessão de parcelamento tributário devem estrita observância ao princípio da legalidade e não há autorização para que atos infralegais tratem de condições não previstas na lei de regência do benefício.

III. A redução ou a extinção de desconto para pagamento de tributo sob determinadas condições previstas em lei, como o pagamento antecipado em parcela única, não se equipara à majoração do tributo.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Todas as assertivas estão incorretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

e) Apenas as assertivas II e III estão corretas

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema princípios tributários.

O item I está correto, pois revela o entendimento adotado pelo STF e noticiado no Informativo 978: “O aumento indireto de tributo, mediante a redução da alíquota de incentivo fiscal, atrai a incidência do princípio da anterioridade, geral e nonagesimal, constantes no art. 150, III,” “b e “c”, da Constituição

Federal. (AgReg no RE 1.253.706, Relatora Ministra Rosa Weber, julgado em 19/05/2020, DJE 22/06/2020)".

O item II está correto, pois revela o entendimento adotado pelo STJ e noticiado no Informativo nº 629: "2. A concessão do parcelamento deve estrita observância ao princípio da legalidade, não havendo autorização para que atos infralegais, como portarias, tratem de requisitos não previstos na lei de regência do benefício. (REsp n. 1.739.641/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 21/6/2018, DJe de 29/6/2018.)".

O item III está correto, pois revela o entendimento adotado pelo STF e noticiado no Informativo 514: "5. A redução ou a extinção de desconto para pagamento de tributo sob determinadas condições previstas em lei, como o pagamento antecipado em parcela única, não pode ser equiparada à majoração do tributo em questão, no caso, o IPVA. Não-incidência do princípio da anterioridade tributária. (ADI 4016 MC, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 01-08-2008, DJe-075 DIVULG 23-04-2009 PUBLIC 24-04-2009 EMENT VOL-02357-01 PP-00047 RDDT n. 165, 2009, p. 187-193)".

QUESTÃO 57. Acerca dos impostos municipais, considerando a jurisprudência do Tribunal Superior de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre as atividades relativas à hospedagem de qualquer natureza.

b) É inconstitucional a cobrança do ISS sobre a franquia postal.

c) É inconstitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, ainda que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório.

d) É inconstitucional a cobrança de ISS sobre a cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

e) O fato gerador do imposto sobre transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis (ITBI) somente ocorre com a efetiva transferência da propriedade imobiliária, que se dá mediante o registro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema impostos municipais.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o entendimento do STF noticiado no Informativo 1110: "Desse modo, é assente a orientação jurisprudencial segundo a qual todas as parcelas que integram o preço do serviço de hotelaria compõem a base de cálculo do ISS. (ADI 5764, Relator(a): ANDRÉ MENDONÇA, Tribunal Pleno, julgado em 02-10-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 11-10-2023 PUBLIC 16-10-2023)".

A alternativa B está incorreta, pois contraria o entendimento do STF noticiado no Informativo 1107: “5. Fixação da seguinte tese de julgamento: É constitucional a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre a franquia postal. (ADI 4784, Relator(a): LUÍS ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 12-09-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 03-11-2023 PUBLIC 06-11-2023)”.

A alternativa C está incorreta, pois contraria tese fixada pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 1.084, noticiada no Informativo 1098: “5. Fixação da seguinte tese: É constitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, desde que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório ARE 1245097, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 05-06-2023, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 26-07-2023 PUBLIC 27-07-2023)”

A alternativa D está incorreta, pois contraria o entendimento noticiado pelo STF no Informativo 1083: “Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta de inconstitucionalidade e julgou improcedente o pedido, para reconhecer a constitucionalidade do subitem 25.05 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, o qual prevê a incidência do ISS sobre a “cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento”, nos termos do voto do Relator. Falaram: pela requerente, a Dra. Renata Andréa Joner Parry; e, pelo amicus curiae, o Dr. Ricardo Almeida Ribeiro da Silva. Plenário, Sessão Virtual de 10.2.2023 a 17.2.2023. (ADI 5869, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 22-02-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 01-03-2023 PUBLIC 02-03-2023)”.

A alternativa E está correta, pois revela entendimento do STJ noticiado no Informativo 734: “9. Dessa forma, o fato gerador do ITBI ocorre, no seu aspecto material e temporal, com a efetiva transmissão, a qualquer título, da propriedade imobiliária, o que se perfectibiliza com a consumação do negócio jurídico hábil a transmitir a titularidade do bem, mediante o registro do título translativo no Cartório de Registro de Imóveis. Precedentes: EREsp 1.493.162/DF, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Seção, DJe 21.10.2020; AREsp 1.425.219/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 1.3.2019; AREsp 1.542.296/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 29.10.2019; e AgInt no AREsp 1.223.231/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 27.6.2018. TEMA 1.124 DO STF 10. Acrescente-se que o STF julgou o ARE 1.294.969, Tema 1.124, em 11.2.2021, e fixou a seguinte tese: “O fato gerador do imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis (ITBI) somente ocorre com a efetiva transferência da propriedade imobiliária, que se dá mediante o registro. (AgInt no AREsp n. 1.760.009/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/4/2022, DJe de 27/6/2022.)”

QUESTÃO 58. Analise as seguintes assertivas, tendo como parâmetro a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, e assinale a alternativa correta.

I. Para tributos sujeitos a lançamento de ofício, a ausência de prévio processo administrativo não enseja nulidade de CDA, uma vez que só haverá processo administrativo se o contribuinte entender que foi incorreta a cobrança, impugnando o lançamento.

II. A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a

impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial.

III. A Fazenda Pública possui interesse e pode efetivar o protesto da CDA, documento de dívida, na forma do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 9.492/1997, com a redação dada pela Lei nº 12.767/2012.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Todas as assertivas estão incorretas.

c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

d) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

e) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema princípios tributários.

O item I está correto, pois revela o entendimento adotado pelo STJ noticiado no Informativo 531: “A ausência de prévio processo administrativo não enseja a nulidade da Certidão de Dívida Ativa (CDA) nos casos de tributos sujeitos a lançamento de ofício. (STJ. 2ª Turma. AgRg no AREsp 370295-SC, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 1º/10/2013)”.

O item II está correto, pois revela o entendimento sumulado do STJ: “A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial. (SÚMULA 622, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2018, DJe 17/12/2018)”.

O item III está correto, pois revela o entendimento adotado pelo STJ no Tema Repetitivo 777: “32. Para fins dos arts. 1.036 e seguintes do CPC, fica assim resolvida a controvérsia repetitiva: “A Fazenda Pública possui interesse e pode efetivar o protesto da CDA, documento de dívida, na forma do art. 1º, parágrafo único, da Lei 9.492/1997, com a redação dada pela Lei 12.767/2012” (REsp n. 1.686.659/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, julgado em 28/11/2018, DJe de 11/3/2019.)”.

QUESTÃO 59. A respeito do regramento constitucional das finanças públicas e dos orçamentos, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O plano plurianual é estabelecido por lei de iniciativa do Poder Executivo, e estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as

despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

b) A lei de diretrizes orçamentárias é de iniciativa do Poder Executivo, compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

c) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição Federal serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

d) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados conforme órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público.

e) A Lei complementar disporá sobre dívida pública externa e interna, excluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda os temas finanças públicas e orçamento público.

A alternativa A está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme inteligência extraída da CF: “Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual. (...) § 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.”

A alternativa B está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme inteligência extraída da CF: “Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: (...) II - as diretrizes orçamentárias; (...) § 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.”

A alternativa C está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 165, § 4º, da CF: “Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional”.

A alternativa D está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 163-A da CF: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público”.

A alternativa E está correta, pois revela a única assertiva falsa, conforme art. 163, II, da CF: “Lei complementar disporá sobre dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público”.

QUESTÃO 60. Sobre as emendas ao projeto de lei do orçamento anual, assinale a alternativa INCORRETA, à luz do disposto na Constituição Federal.

a) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

b) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, em qualquer hipótese.

c) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos orçamentários enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

d) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

e) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.

A alternativa A está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme inteligência extraída da CF: “Art. 166. (...) § 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso: I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias”.

A alternativa B está correta, pois revela a única assertiva falsa, conforme inteligência extraída da CF: “Art. 166. (...) § 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso: (...) II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre: a) dotações para pessoal e seus encargos; b) serviço da dívida; c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal”

A alternativa C está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 166, § 5º, da CF: “O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos

projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta”.

A alternativa D está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 166, § 8º, da CF: “Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.”.

A alternativa E está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 166, § 9º, da CF: “§ 9º As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.”.

QUESTÃO 61. Em relação aos créditos especiais e extraordinários, à luz do disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos seis meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

b) A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

c) A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa.

d) É permitida a vinculação das receitas de impostos de competência dos Estados, previstos no art. nº 155 da Constituição Federal, para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia.

e) É permitida a vinculação das receitas de impostos de competência dos Municípios, previstos no art. nº 156 da Constituição Federal, para pagamento de débitos com a União e para prestar-lh garantia ou contragarantia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema créditos especiais e extraordinários.

A alternativa A está correta, pois revela a única assertiva falsa, conforme art. 167, § 2º, da CF: “Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que,

reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente”.

A alternativa B está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 167, § 3º, da CF: “A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.”

A alternativa C está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 167, § 5º, da CF: “A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo.”.

A alternativa D está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 167, § 4º, da CF: “É permitida a vinculação das receitas a que se referem os arts. 155, 156, 156-A, 157, 158 e as alíneas "a", "b", "d", "e" e "f" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia.”.

A alternativa E está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 167, § 4º, da CF: “É permitida a vinculação das receitas a que se referem os arts. 155, 156, 156-A, 157, 158 e as alíneas "a", "b", "d", "e" e "f" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição para pagamento de débitos com a União e para prestar-lhe garantia ou contragarantia”.

QUESTÃO 62. Considerando o preconizado pela Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, assinale a alternativa INCORRETA, notadamente no que concerne às despesas públicas.

a) As despesas de custeio são classificadas como despesas correntes.

b) Inversões financeiras são classificados como despesas de capital.

c) As despesas com material de consumo são classificadas como despesas correntes de custeio.

d) Classificam-se como inversões financeiras as dotações destinadas a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

e) São investimentos as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema classificação da despesa.

A alternativa A está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 12 da Lei nº 4.320/1964: “A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas: DESPESAS CORRENTES: Despesas de Custeio; Transferências Correntes”.

A alternativa B está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 12 da Lei nº 4.320/1964: “A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas: DESPESAS DE CAPITAL: Investimentos; Inversões Financeiras; Transferências de Capital”

A alternativa C está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 13 da Lei nº 4.320/1964: “Observadas as categorias econômicas do art. 12, a discriminação ou especificação da despesa por elementos, em cada unidade administrativa ou órgão de govêrno, obedecerá ao seguinte esquema: DESPESAS CORRENTES: Despesas de Custeio: Pessoa Civil; Pessoal Militar; Material de Consumo; Serviços de Terceiros; Encargos Diversos”.

A alternativa D está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 12, § 5º, III, da Lei nº 4.320: “Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a: (...) constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.”.

A alternativa E está correta, pois revela a única assertiva falsa, conforme art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320/1964: “São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública”.

QUESTÃO 63. A respeito da dívida e do endividamento públicos, considerando o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.

b) Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

c) A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.

d) É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, exceto sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

e) As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema endividamento público.

A alternativa A está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 31, *caput*, da Lei de Responsabilidade Fiscal: “Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro”.

A alternativa B está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 31, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: “Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.”

A alternativa C está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 33, *caput*, da Lei de Responsabilidade Fiscal: “A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos”.

A alternativa D está correta, pois revela a única assertiva falsa, conforme art. 35, *caput*, da Lei de Responsabilidade Fiscal: “É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente”.

A alternativa E está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 32, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: “As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades”.

QUESTÃO 64. A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Considerando o disposto em referido diploma normativo, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.

b) Na União, para os fins do disposto no caput do art. nº 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida.

c) Nos Estados, para os fins do disposto no caput do art. nº 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida.

d) Nos Municípios, para os fins do disposto no caput do art. nº 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida.

e) É nula de pleno direito a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema despesas com pessoal.

A alternativa A está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 18, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal: “A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho”.

A alternativa B está correta, pois revela a única assertiva falsa, conforme art. 19, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal: “Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: União: 50% (cinquenta por cento)”

A alternativa C está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 19, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal: “Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: (...) Estados: 60% (sessenta por cento)”.

A alternativa D está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 19, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal: “Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: (...) Municípios: 60% (sessenta por cento)”.

A alternativa E está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme inteligência da Lei de Responsabilidade Fiscal: “Art. 21. É nulo de pleno direito: (...) IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em

concurso público, quando: a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo”.

QUESTÃO 65. No que concerne à gestão patrimonial, à transparência, ao controle e à fiscalização, e sua regulamentação pela Lei Complementar nº 101/2000, assinale a alternativa INCORRETA.

a) É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

b) O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo, até a data da aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, ao qual será dada ampla divulgação.

c) São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

d) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

e) A prestação de contas da União conterá demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema despesas com pessoal.

A alternativa A está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 44, *caput*, da Lei de Responsabilidade Fiscal: “É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos”.

A alternativa B está correta, pois revela a única assertiva falsa, conforme art. 45, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal: “O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo, até a data do envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, ao qual será dada ampla divulgação”

A alternativa C está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 48, *caput*, da Lei de Responsabilidade Fiscal: “São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla

divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos”.

A alternativa D está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 49, *caput*, da Lei de Responsabilidade Fiscal: “As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade”.

A alternativa E está incorreta, pois revela uma assertiva verdadeira, conforme art. 49, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal: “A prestação de contas da União conterá demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício”.

QUESTÃO 66 - Ana tem 16 anos de idade e é proprietária de uma sala comercial localizada no município de Londrina. Em caso de locação do imóvel, é correto afirmar que:

a) Ana poderá firmar o contrato de locação sem à necessidade de representação ou assistência dos pais, pois possui economia própria.

b) Ana é relativamente incapaz e deverá ser assistida pelos seus pais no contrato de locação.

c) Se Ana é absolutamente incapaz e deverá ser representada pelos seus pais no contrato de locação.

d) Se o contrato for firmado por instrumento público, fica dispensada a representação da locadora por seus pais.

e) Se o contrato for firmado por instrumento público, fica dispensada a assistência da locadora por seus pais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre incapacidade.

A alternativa A está incorreta, já que Ana tem 16 anos, por tanto, é relativamente incapaz, não sendo habilitada a prática desse ato civil sem assistência. Ademais, não podemos considerar que Ana tem economia própria somente por ser proprietária de um imóvel, já que essa informação é insuficiente para determinar se cumpriu ou não os requisitos para a emancipação. Veja o que o código civil dispõe a respeito: " Art. 4. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; Art. 5 - A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto

aos filhos: (...) VII - representá-los judicial e extrajudicialmente até os 16 (dezesesseis) anos, nos atos da vida civil, e *assisti-los*, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento".

A alternativa B está correta, pois o código civil dispõe que são relativamente incapazes os maiores de dezesseis anos e os menores de dezoito anos e que os relativamente incapazes deverão ser assistidos por seus pais, nos termos dos artigos 4 e 1.634 do Código Civil, acima transcritos.

A alternativa C está incorreta, pois nos termos do Código Civil, somente são absolutamente incapazes os menores de 16 anos, veja: "Art. 3.º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos".

A alternativa D está incorreta, pois Ana é relativamente incapaz, por tanto, precisa ser assistida pelo seus pais, nos termos do art. 1.694 do Código Civil.

A alternativa E está incorreta, pois Ana é relativamente incapaz, por tanto, precisa ser assistida pelo seus pais, nos termos do art. 1.694 do Código Civil. Além disso, a questão quer tentar confundir o candidato, mencionando que em caso de que Ana assine o contrato de aluguel por meio de instrumento público, será válido mesmo ela sendo relativamente incapaz e isso é incorreto. Independente da natureza pública ou privada do contrato de aluguel, a capacidade de Ana seguirá sendo regulada nos termos do Código Civil e ela é incapaz, por tanto, deverá ser assistida por seus pais.

Fonte: Curso de LDI de Direito Civil da PGM-Londrina - Capítulo 1 - Pessoas naturais – Prof. Paulo Sousa.

QUESTÃO 67 - O Município de Londrina apresentou pedido de cumprimento de sentença em relação a Carlos, buscando o pagamento de verba sucumbencial. Não tendo ocorrido o pagamento e não tendo sido encontrados bens para garantir à execução, o magistrado determinou que à penhora recaísse sobre os valores depositados em contas bancárias do devedor. Entretanto, o ato de constrição restou sem sucesso, pois não foram localizados valores depositados em contas bancárias de titularidade do executado. Carlos é sócio majoritário com 99% das ações da maior construtora da região e conhecido na cidade por ostentar riqueza. Foi verificado, então, que o imóvel de luxo em que o devedor reside, o sítio, a casa de veraneio e os automóveis que utiliza pertencem à sociedade construtora, à qual também custeia todas as suas despesas pessoais. Frente a este cenário e à pedido do Município, o magistrado determinou que fossem penhorados valores nas contas bancárias da sociedade na qual Carlos figura como sócio majoritário. Nesse caso, foi aplicada à teoria:

- a) Dos atos ultra vires.
- b) Da desconsideração inversa da personalidade jurídica.
- c) Menor da desconsideração.
- d) Da aparência.
- e) Da responsabilidade in eligendo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da desconsideração inversa da personalidade jurídica.

A alternativa A está incorreta, já que a teoria ultra vires se extrai da interpretação inversa do art. 47 do Código Civil, não obriga a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos fora dos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo. É uma forma de proteção da pessoa jurídica contra os atos das pessoas naturais que lhe administram (lembre-se, são pessoas distintas), derivada da Ultra Vires Doctrine do direito anglo-saxônico.

A alternativa B está correta. A desconsideração, embora pensada para o esquema tradicional de desconsiderar a pessoa jurídica para atingir as pessoas físicas com as quais o patrimônio está, não se resume a esse raciocínio. Cabe também a chamada “desconsideração inversa da personalidade jurídica”, quando a pessoa física se utiliza da pessoa jurídica, indevidamente, para se “blindar” de ataques contra seu patrimônio. O fundamento é o mesmo: evitar o abuso no uso da personalidade jurídica. Faz-se, nesse caso, uma interpretação teleológica do art. 50, de modo a permitir que se busque o patrimônio da pessoa física “escondido” atrás da pessoa jurídica. O Enunciado 283 da IV Jornada de Direito Civil já propugnava o cabimento da desconsideração inversa para alcançar bens de sócio que se valeu da pessoa jurídica para ocultar ou desviar bens pessoais, com prejuízo a terceiros.

A alternativa C está incorreta, já que a teoria menor da desconsideração da personalidade, dispõe no art. 28, §5º, do CDC que poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores. Ou seja, o juiz pode desconsiderar a personalidade jurídica ainda que não tenha havido confusão patrimonial ou desvio de finalidade, basta que se configure alguma das hipóteses previstas no art. 28, ou ainda a verificação genérica de dano ao consumidor prevista no §5º. Daí o nome de Teoria Menor, pois ela exige menos requisitos para ser aplicada. Esta alternativa está incorreta, porque no caso do enunciado, se comprova o abuso de personalidade caracterizado pelo desvio de finalidade ou a confusão patrimonial, que é a teoria maior.

A alternativa D está incorreta, já que a teoria da aparência se aplica quando alguém parece ser titular de um direito, mas não é.

A alternativa E está incorreta, a responsabilidade *in eligendo* ocorre quando a responsabilidade é atribuída a quem escolheu mal aquele que praticou o ato.

Fonte: Curso de LDI de Direito Civil da PGM-Londrina - Capítulo 3 - Personalidade – Prof. Paulo Sousa.

QUESTÃO 68 - O Município de Londrina determinou que a utilização de um parque municipal destinado à recreação da população, deverá ser remunerada pelos visitantes. É correto determinar que o parque é bem:

a) De uso comum do povo, sendo a cobrança de remuneração aos visitantes indevida.

b) De uso especial, sendo a cobrança de remuneração aos visitantes indevida.

c) Dominical, sendo a cobrança de remuneração aos visitantes indevida.

d) De uso comum do povo, podendo o município determinar a cobrança aos visitantes.

e) De uso dominical, podendo o Município determinar a cobrança aos visitantes

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de bens públicos.

A alternativa A está incorreta. A primeira parte da alternativa está correta, pois o parque é considerado um bem público de uso comum do povo, nos termos do art. 99, I do Código Civil. Porém, é incorreto afirmar que a cobrança de remuneração aos visitantes é indevida, já que a lei prevê essa possibilidade, no artigo 103 do Código Civil.

A alternativa B está incorreta. O parque não é um bem público de uso especial, pois esses são os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias, nos termos do art. 99, II do Código Civil. Além disso, é incorreto afirmar que a cobrança de remuneração aos visitantes é indevida, já que a lei prevê essa possibilidade, no artigo 103 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. Os bens públicos dominicais são os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. O parque é um bem de uso comum do povo, nos termos do art. 99, I e III do Código Civil. Além disso, é incorreto afirmar que a cobrança de remuneração aos visitantes é indevida, já que a lei prevê essa possibilidade, no artigo 103 do Código Civil.

A alternativa D está correta. O parque é um bem público de uso comum do povo, nos termos do art. 99, I do Código Civil. E a cobrança de remuneração aos visitantes é devida, já que a lei prevê essa possibilidade, no artigo 103 do Código Civil.

A alternativa E está incorreta. Os bens públicos dominicais são os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

QUESTÃO 69 - O Município de Londrina realizou a locação de veículos para serem utilizados no transporte municipal escolar. É correto afirmar, em relação aos veículos, que:

a) O locatário é possuidor exclusivo

b) O locador é possuidor exclusiva.

c) O locatário é possuidor direto e o locador possuidor indireto

d) O locatário é possuidor indireto e o locador possuidor direto.

e) O locador é possuidor locador possuidor direto e o locatário mero detentor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre posse.

A posse pode ser direta ou indireta, conforme dispõe o doutrinador Sílvio Venosa: “O locatário é possuidor direto, porque é ele quem se encontra imediatamente ligado à coisa, em seu uso e gozo. O locador ou proprietário manterá a posse indireta”. Nessa perspectiva dispõe o Código Civil: “Art. 1.197. A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto”.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, pois a posse não é exclusiva nem do locador, nem do locatário, pois ambos detêm a posse do bem. O locatário é possuidor direto e o locador possuidor indireto.

A alternativa C está correta, já que o locatário é possuidor direto e o locador possuidor indireto.

Fonte: Curso de LDI de Direito Civil da PGM-Londrina - Capítulo 3 - Personalidade – Prof. Paulo Sousa; VENOSA, Sílvio de S. Direito Civil: Direitos Reais. v.4. Grupo GEN, 2023.

QUESTÃO 70 - O Município de Londrina pretende ajuizar ação pauliana com o escopo de anular negócio jurídico praticado por seu devedor. O prazo a propositura da demanda é:

a) Decadencial de 2 anos.

b) Prescricional de 2 anos.

c) Decadencial de 4 anos.

d) Prescricional de 4 anos.

e) Prescricional de 5 anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o prazo de propositura da ação pauliana.

Veja que esta ação procura anular o negócio jurídico feito por seu devedor quando configura fraude contra credores. Neste sentido, veja o Código Civil: “Art. 178. É de *quatro anos* o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado: II - no de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico;”. Por tanto, o prazo para a ação pauliana é decadencial de 4 anos, nos termos do Código Civil.

QUESTÃO 71 - Nos termos do disposto no Código Civil, o possuidor de má-fé:

- a) Não responde pela perda, ou deterioração da coisa, quando acidentais.**
- b) Responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.**
- c) Tem direito de ser ressarcidos pelas benfeitorias necessárias e úteis, mas não pelas voluptuárias.**
- d) Tem direito de ser ressarcido pelas benfeitorias necessárias; em relação às benfeitorias úteis e voluptuárias não tem direito a ressarcimento, mas poderá levantá-las.**
- e) Quando indenizado por benfeitorias, tem o direito de optar entre o seu valor atual, salvo em relação às voluptuárias.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre as benfeitorias.

A alternativa A está incorreta, já que o possuidor de má-fé responderá pela perda ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, nos termos do art. 1.218 do Código Civil.

A alternativa B está correta, já que apresenta a literalidade do Código Civil: “Art. 1.218. O possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante”.

A alternativa C está incorreta, já que ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias, nos termos do art. 1.220 do Código Civil.

A alternativa D está incorreta, já que ao possuidor de má-fé não lhe assiste o direito de levantar as benfeitorias voluptuárias, nos termos do art. 1.220 do Código Civil.

A alternativa E está incorreta, já que o reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo nos termos do art. 1.222 do Código Civil.

QUESTÃO 72. O Município de Londrina pretende ajuizar demanda para cobrança de aluguéis. Considerando que no contrato existe cláusula de fiança solidária, a ação será proposta em relação ao locatário e fiador. No caso haverá litisconsórcio:

- a) Facultativo.**
- b) Obrigatório**

c) Necessário.

d) Legal.

e) Subsidiário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre litisconsórcio.

A alternativa A está correta. Conforme o caso em tela, haverá o litisconsórcio facultativo, podendo a municipalidade propor a ação tanto em face do locatário quanto do fiador. Em razão da faculdade da cobrança, o Município de Londrina poderá escolher a quem será a obrigação do pagamento dos aluguéis.

As alternativas B, C e D estão incorretas. Esta modalidade de contrato, onde existe cláusula de fiança solidária entre obrigados solidários, não decorre por imposição legal, dessa forma não se trata de litisconsórcio obrigatório ou necessário, tampouco litisconsórcio legal.

Nesse sentido, vejamos o que dispõe o artigo 114 do Código de Processo Civil: “ Art. 114. O litisconsórcio será necessário por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.”

A alternativa E está incorreta. Consoante o caso narrado, não há pedido de natureza subsidiária.

QUESTÃO 73. O Município de Londrina foi demandado na Justiça Estadual em ação de procedimento comum, na qual o autor busca ressarcimento frente a ocorrência de evicção. O Município, entretanto, deixou de realizar a denúncia da lide do alienante na contestação. Nesse caso, é correto afirmar que:

a) O objeto do processo em questão não autoriza denúncia da lide.

b) O instrumento processual da denúncia da lide não pode ser utilizado em demandas que envolvam entes públicos.

c) O Município poderá exercer o seu direito de regresso em relação ao alienante em ação autônoma.

d) Ocorreu a perda do direito de regresso relativo à evicção.

e) A denúncia da lide pode ser formulada até a sentença.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre denúncia da lide.

A alternativa A está incorreta. No caso em questão é admissível a denunciação da lide, se tratando de ocorrência de evicção, sendo hipótese autorizadora da denunciação da lide, nos termos do art. 125, I, do CPC. Vejamos: “Art. 125. É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes: (...) I - ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam;”

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, não há impedimento legal de que a denunciação da lide ocorra em demandas em que envolvam entes públicos. Vejamos o que dispõe o art. 125, II, do CPC: “Art. 125. É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes: (...) II - àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.”

A alternativa C está correta. Conforme o caso em tela, não sendo requerida a denunciação da lide na contestação, o Município poderá exercer o direito regressivo em ação autônoma, conforme o art. 125, §1º, do CPC: “1º O direito regressivo será exercido por ação autônoma quando a denunciação da lide for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida.”

As alternativas D e E estão incorretas. Conforme vimos nos comentários anteriores, a evicção configura hipótese que autoriza a denunciação da lide, bem como, poderá ser formulada em ação autônoma.

QUESTÃO 74. Proposta ação de execução de título extrajudicial em relação ao Município de Londrina,

este será citado para:

A) Pagar em 15 dias.

B) Pagar em 30 dias.

C) Apresentar impugnação no prazo de 15 dias.

D) Opor embargos em 15 dias.

E) Opor embargos em 30 dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema de execução contra a Fazenda Pública.

As alternativas A e B estão incorretas. Para responder a esta questão, o examinando deveria estar atento ao fato de que a Fazenda Pública não é intimada para pagar, mas apenas para se defender. Isto, pois, o ente público efetua o pagamento por meio de precatórios ou requisição de pequeno valor, conforme prevê o art. 910, §1º do CPC: “Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias. § 1º Não opostos embargos ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente, observando-se o disposto no art. 100 da Constituição Federal.

Então, em relação ao pagamento, não há citação ou intimação em sede de cumprimento de sentença da Fazenda Pública para pagar, apenas para ofertar a sua defesa, em prazo específico estabelecido pelo Código de Processo Civil.

A alternativa C está incorreta. O recurso interposto pela Fazenda Pública é embargos de declaração, nos termos do art. 910 do CPC.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o prazo para imposição de embargos é de 30 dias, não 15 dias. Trata-se de prazo específico previsto no art. 910 do CPC.

A alternativa E está correta. Nos termos do art. 910 do CPC dispõe que, nas execuções contra a Fazenda Pública, o ente público será citado para opor embargos no prazo de 30 dias. Vejamos: “Art. 910. Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias.” Ainda, o Código de Processo Civil prevê prazo específico para o cumprimento dessa obrigação, não se aplicando, portanto, a prerrogativa da Fazenda Pública ao prazo em dobro.

QUESTÃO 75. A Sociedade ABC LTDA. apresentou na Justiça Estadual pedido de cumprimento de sentença para pagamento de quantia certa em relação ao Município de Londrina. A parte executada opôs impugnação alegando inexigibilidade da obrigação. A decisão que deixar de acolher a impugnação, pode ser atacada por:

a) Embargos à execução.

b) Embargos de terceiro.

c) Agravo de petição.

d) Agravo de instrumento.

e) Apelação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. Para a resolução desta questão o examinando deveria estar atento ao termo “(...) atacada por”, por haver detre as opções das alternativas a menção a embargos à execução e embargos de terceiro, que não são recursos. Tratando-se de uma decisão que deixou de acolher uma impugnação ao cumprimento de sentença.

A alternativa A está incorreta. Não é cabível embargos à execução, sendo a defesa cabível em sede de execução de títulos extrajudiciais, nos termos do art. 914 do CPC, o que não corresponde ao caso narrado.

A alternativa B está incorreta. Não é cabível embargos de terceiro, ação de procedimento especial a qual se vale de terceiro para proteção de direito subjetivo, nos termos do art. 674 do CPC, o que não corresponde com o caso narrado.

A alternativa C está incorreta. O agravo de petição é inaplicável no caso narrado pois é um recurso para lides trabalhistas, interpostos em face de decisão na fase de execução do processo trabalhista que prejudica uma das partes envolvidas, nos termos do art. 897, a da CLT.

A alternativa D está correta. De acordo como caso narrado, não houve prolação de sentença, tratando-se de decisão interlocutória. Logo, o recurso cabível é o agravo de instrumento previsto no art. 1.015, parágrafo único do CPC, vejamos: “Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.”

A alternativa E está incorreta. A apelação será cabível em caso de prolação de sentença, nos termos do art. 1.009 do CPC, contudo, conforme o caso narrado, não houve prolação de uma sentença. Portanto, não será cabível o recurso de apelação.

QUESTÃO 76. O Município de Londrina ajuizou ação monitória em relação a Carlos, postulando o pagamento de determinada quantia em dinheiro, na Justiça Estadual. O magistrado, ao deferir a expedição de mandado de pagamento, deverá conceder ao réu o prazo para o cumprimento do mandado e fixar honorários advocatícios de ____ do valor atribuído à causa.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

a) 2%

b) 3%

c) 5%

d) 10%

e) 20%

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está correta. A questão exigiu do examinando o conhecimento da literalidade do CPC, o qual dispõe que, na ação monitória, ao deferir a expedição do mandado de pagamento, o magistrado fixará os honorários advocatícios em 5% do valor atribuído à causa, nos termos do art. 701 do CPC, vejamos: “Art. 701. Sendo evidente o direito do autor, o juiz deferirá a expedição de mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer ou de não fazer, concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa.”

As demais alternativas estão incorretas, pois não correspondem a porcentagem de honorários advocatícios fixada pelo magistrado, conforme a previsão do art. 701 do Código de Processo Civil.

QUESTÃO 77. Proposta demanda de procedimento comum em relação ao Município de Londrina, na Justiça Estadual, o magistrado determinou a emenda da petição inicial, no prazo legal. O autor, no entanto, deixou de atender a determinação judicial. O juiz irá:

a) Proferir decisão de extinção do processo sem julgamento do mérito, a qual poderá ser atacada pelo recurso de apelação.

b) Proferir decisão de extinção do processo com julgamento do mérito, a qual poderá ser atacada pelo recurso de apelação.

c) Julgar liminarmente improcedente o pedido.

d) Proferir decisão interlocutória de mérito, a qual poderá ser atacada pelo recurso de agravo de instrumento.

e) Destituir o procurador do autor e nomear curadoria especial para representar o demandante, que será, preferencialmente, exercida pela Defensoria Pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre emenda da petição inicial.

A alternativa A está correta. Se o autor não cumprir a determinação para emendar a petição inicial no prazo fixado, o juiz indeferirá a petição inicial e extinguirá o processo sem resolução de mérito. Isso é o que dispõe o art. 321, parágrafo único, do CPC: “Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.” Haverá, assim, a prolação de sentença extintiva, contra a qual é possível a interposição de recurso de apelação: Art. 724. Da sentença caberá apelação.

A alternativa B está incorreta. É incorreto afirmar que há a extinção do mérito, quando, na verdade, o mérito não será apreciado, tendo em vista que a petição inicial não preencheu as condições da ação. O indeferimento da petição inicial implica a extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, I, do CPC: “Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial;”

A alternativa C está incorreta. Ao julgar liminarmente improcedente o pedido ainda há um julgamento de mérito.

A alternativa D está incorreta. Conforme o caso narrado, não se trata de hipótese de decisão interlocutória, mas sim, de sentença, que coloca fim a fase de conhecimento.

A alternativa E está incorreta. Não se trata de hipótese de intervenção de curadoria.

QUESTÃO 78. Proposta demanda cível pelo procedimento comum, o autor, após a citação do Município de Londrina, mas antes de apresentada a contestação, peticionou postulando a emenda da petição inicial para incluir novo pedido. Na hipótese, é correto afirmar que:

a) O pedido deverá ser deferido, pois é prerrogativa do autor emendar a petição inicial antes do oferecimento da contestação.

b) O pedido deverá ser deferido, pois é prerrogativa do autor emendar a petição inicial antes da audiência de conciliação e mediação.

c) A emenda da petição inicial deverá ser indeferida, pois não foi admitida no procedimento comum.

d) A emenda da petição inicial somente poderá ser admitida se apresentada no prazo de 15 dias úteis após a citação do réu.

e) A emenda da petição inicial somente poderá ser acolhida se houver a concordância do Município.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a emenda da petição inicial, mas precisamente acerca da inclusão de novo pedido pela parte autora. Neste caso, o examinando deve estar atento ao momento processual, se esta ocorrerá antes ou após a citação, antes ou após a contestação. Ou seja, há dois marcos preclusivos, nos termos do art. 329, I e II do CPC.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, até a citação do réu e possível o aditamento da petição inicial sem o consentimento do réu.

A alternativa B está incorreta. A alternativa não está em consonância com o Código de Processo Civil, pois a audiência de conciliação e mediação não correspondem a marco preclusivo para a emenda da petição inicial.

A alternativa C está incorreta. A emenda da petição inicial é admitida pelo procedimento comum, possuindo previsão expressa nesse sentido no art. 329, I e II do CPC.

A alternativa D está incorreta. Após a citação do réu, o autor contará com o consentimento deste para poder emendar a petição, conforme determina o art. 329, I do CPC: “Art. 329. O autor poderá: I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu;”

A alternativa E está correta. É possível que o autor altere o pedido ou a causa de pedir até a citação do réu, sem o consentimento deste. Após a citação, mas antes da contestação, a alteração é permitida com consentimento do réu, conforme prevê o art. 329, II do CPC. Vejamos: “Art. 329. O autor poderá: I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu; II - até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar. Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo à reconvenção e à respectiva causa de pedir.”

QUESTÃO 79. O Superior Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso interposto pelo Município de Londrina, analisando o seu mérito. Entretanto, a decisão divergiu de decisão proferida em caso semelhante por outra turma. O Município poderá:

- a) Impetrar-mandado de segurança.**
- b) Ajuizar ação rescisória.**
- c) Interpor recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.**
- d) Interpor recurso extraordinário.**
- e) Interpor recurso de embargos de divergência.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre embargos de divergência.

A alternativa A está incorreta. Não se trata de hipótese de impetrar mandado de segurança, pois se trata de decisão proferida no âmbito do STJ que houve divergência entre Turmas, não sendo o caso de abuso de direito, logo, sendo cabível embargos de divergência, nos termos do art. 1.043, I, do CPC.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 942, §3º, I do CPC, a ação rescisória será cabível quando o resultado for a rescisão da sentença, devendo, nesse caso, seu prosseguimento ocorrer em órgão de maior composição previsto no regimento interno, o que não ocorreu no caso narrado, tratando-se de decisão proferida no âmbito do STJ que houve divergência entre Turmas, sendo cabível embargos de divergência, nos termos do art. 1.043, I, do CPC.

A alternativa C está incorreta. Não se trata de hipóteses previstas no art. 1.027 e seguintes do CPC que enseje o cabimento do recurso ordinário ao STF, pois, de acordo com o caso narrado, se trata de decisão proferida no âmbito do STJ que houve divergência entre Turmas, sendo cabível embargos de divergência, nos termos do art. 1.043, I, do CPC.

A alternativa D está incorreta. Não será cabível o recurso extraordinário (art. 1.029, CPC), pois trata-se de análise de divergências entre Turmas, sendo cabível o recurso de embargos de divergência, ao visar a unificação das decisões por partes dos Tribunais Superiores, nos termos do art. 1.043, I, do CPC.

A alternativa E está correta. É importante o examinando estar atento que houve negativa de provimento de recurso interposto pelo Município de Londrina no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e houve divergência entre duas Turmas do STJ. Neste caso, havendo divergências entre Turmas dos Tribunais Superiores, o CPC prevê que, para dirimir a divergência jurisprudencial, é cabível o recurso de embargos de divergência, ao visar a unificação das decisões por partes dos Tribunais Superiores. É o que prevê o art. 1.043, I, do CPC: “Art. 1.043. É embargável o acórdão de órgão fracionário que: I - em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito;”

As demais alternativas estão incorretas. Sendo os embargos de divergência são cabíveis nos casos em que houver divergência entre decisões de diferentes turmas ou seções do STJ ou do STF. O caso narrado na questão amolda-se à previsão do art. 1.043, I, do CPC, estando as demais alternativas incorretas.

QUESTÃO 80. O Tribunal de Justiça do Paraná proferiu acórdão em processo no qual é debatida a interpretação sobre determinada cláusula de contrato firmado entre o Município de Londrina e a Sociedade Prestadora de Serviços LTDA. O acórdão deixou de aplicar a forma de interpretação postulada pela sociedade, a qual, então, interpôs recurso especial. Nas contrarrazões recursais, o Município deverá apontar o não cabimento do recurso especial em razão:

- a) Da ausência de esgotamento da via ordinária.
- b) Da não interposição simultânea de recurso extraordinário.
- c) Da inadequação recursal, pois deveria ter sido interposto recurso de embargos infringentes.
- d) Da inadequação recursal, pois deveria ter sido interposto recurso extraordinário
- e) De discutir a simples interpretação de cláusula contratual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre recurso especial, exigindo do examinando o conhecimento específico da Súmula 05 do STJ, que trata sobre a interpretação de cláusulas contratuais, que prevê o seguinte: “A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial.”

A alternativa E está correta. O recurso especial é um recurso de estrito direito, de modo que é incabível caso seja necessário o reexame fático-probatório. Assim, o recurso especial não é cabível para discutir a interpretação de cláusulas contratuais, questão que demanda análise de matéria fática. Logo, não sendo admissível o recurso especial quando a matéria questionada diz respeito à interpretação de cláusula contratual, ainda que se cuide de acordo submetido à homologação judicial.

Portanto, as demais alternativas estão incorretas, pois, nesse sentido, é a Súmula 5 do STJ, que justifica o gabarito da questão: “A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)